

The background of the cover is a photograph of a narrow, ancient stone path. The path is made of irregular, light-colored stone slabs and is flanked by high, thick stone walls. The walls are constructed from rough-hewn stones of various sizes and colors, ranging from light tan to dark brown. Some small plants and weeds are growing between the stones of the path. In the distance, the path leads towards a bright, hazy horizon. Bare tree branches are visible against the sky in the upper part of the image. The overall lighting is warm and golden, suggesting a sunset or sunrise.

HISTÓRIA: A CIÊNCIA DO PASSADO NO PRESENTE

VOLUME IV



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

História: a ciência do passado no presente

4ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

4ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238H História: a ciência do passado no presente

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

79 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl748

ISBN: 978-65-5367-345-8

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. tempo 2. espaço 3. arquivo I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 900

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl748>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

CAPÍTULO 1	5
PRODUÇÃO TEXTUAL DIGITAL PARA FOMENTAR DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE	
Karilene da Silva Sena	
DOI 10.37423/230607882	
CAPÍTULO 2	14
DINÂMICAS MIGRATÓRIAS EM MOÇAMBIQUE NO PÓS- INDEPENDÊNCIA E SEUS REFLEXOS NO SÉCULO XXI	
Raynara Escala Ribeiro Torres	
DOI 10.37423/230607906	
CAPÍTULO 3	27
O HOMEM NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR SOBRE AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS SOCIOCULTURAIS	
Maria Miriele Rodrigues Aires	
Roberto Vinicio Souza da Silva	
Kamyla Alves dos Santos	
Fabyany Oliveira da Silva	
Layane Souza Silva	
DOI 10.37423/230607907	
CAPÍTULO 4	41
A ANÁLISE ICONOGRÁFICA NO COMBATE AO COLONIALISMO NA EDUCAÇÃO: O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA EM QUESTÃO	
Suely dos Santos Souza	
Glaucia Maria Costa Trinchão	
Aldrin da Costa Cruz	
Jorge Luis Nery Santana	
DOI 10.37423/230607911	
CAPÍTULO 5	59
SACERDÓCIO, AÇÃO SOCIAL E REPRESSÃO NA IMPLANTAÇÃO DO REGIME CIVIL MILITAR: A TRAJETÓRIA DE HUMBERTO CAVALCANTI	
Séfora Junqueira dos Santos	
DOI 10.37423/230607916	
CAPÍTULO 6	69
AS ESCULTURAS E O ENSINO DE ARTE: PROPOSTAS EDUCACIONAIS	
Joana da Silva Moreira	
Marinalva Martins Pereira	
DOI 10.37423/230607950	

Capítulo 1

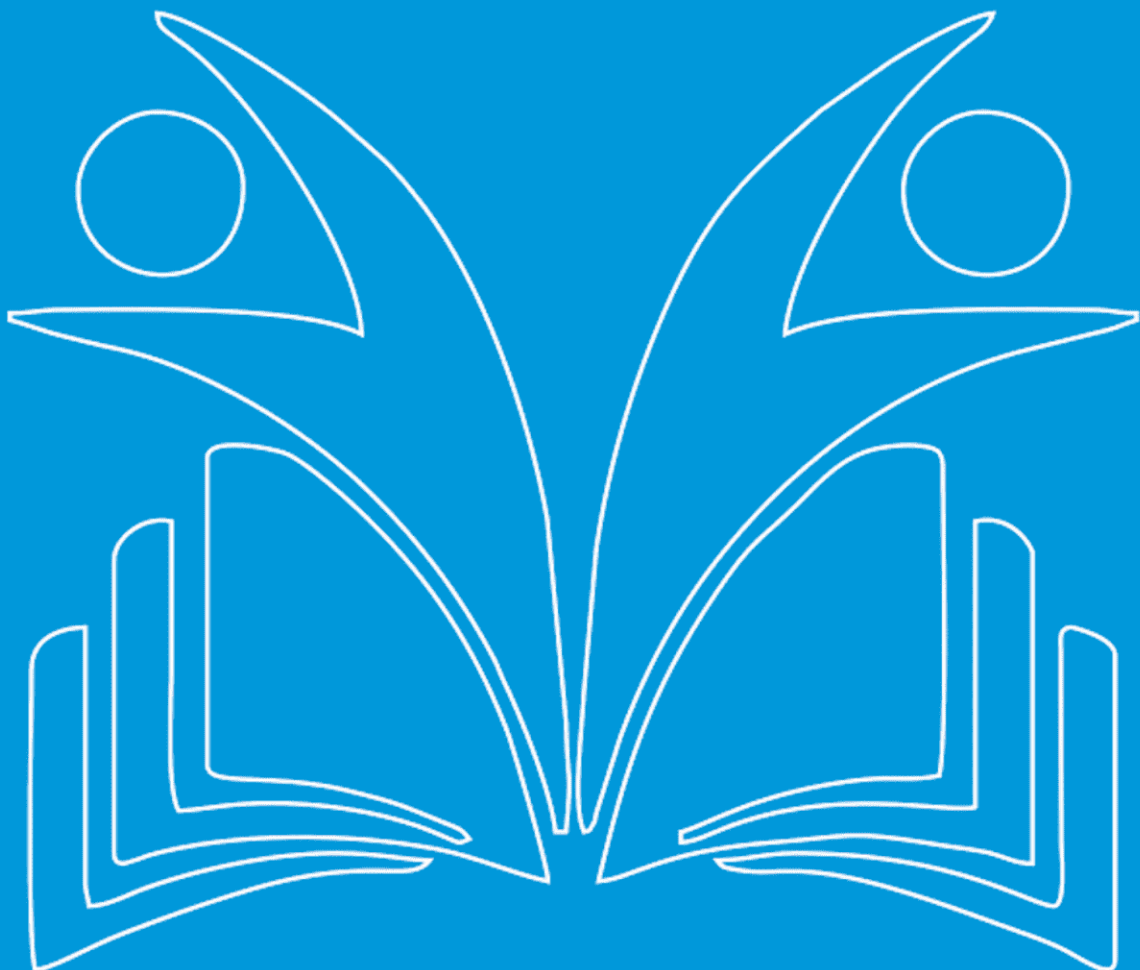


10.37423/230607882

PRODUÇÃO TEXTUAL DIGITAL PARA FOMENTAR DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Karilene da Silva Sena

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda questões relacionadas à produção de texto com compartilhamento via web e discussões sobre Gênero e Sexualidade. As considerações feitas são baseadas nas atividades desenvolvidas com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual de Educação Profissional Professor César Campelo durante as aulas da disciplina de redação. As reflexões teóricas são fundamentadas em textos trabalhados no decorrer da Especialização “Gênero e Diversidade na escola.”.

Os debates acerca de Gênero e Sexualidade estão diretamente associados as construções individuais de cada estudante, conforme a sua visão de mundo e experiências vividas que são influenciadas pela maturidade e relações estabelecidas pelo convívio familiar e escolar. Enquanto professora da rede pública de ensino, me preocupo ao ouvir relatos discriminatórios, mesmo que estes pareçam não intencionais, por isso a importância de fomentar discussões que priorizem oportunidades para que o estudante questione seus próprios pontos de vista e tomem para si a responsabilidade dos impactos que suas atitudes podem gerar.

Diante do exposto, o trabalho tem como objetivo a produção textual argumentativa com ênfase em Gênero e Diversidade, a propagação do discurso de pluralidade em ambiente virtual e a compreensão que as atitudes relacionadas as diferenças de gênero são condicionadas a cultura e meio ao qual estamos inseridos. Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho foi organizado a partir da abordagem bibliográfica de Maruschi (2008,2004); Laraia (2001); Morin (2009) e outros.

O artigo está organizado da seguinte forma: o tópico intitulado “Contextualizando o uso das tecnologias como fundamento da comunicação”, aborda o desenvolvimento dos meios de comunicação e a influência exercida sobre o cotidiano dos indivíduos. A segunda parte denominada “Tecnologia e educação: novas formas de pensar o fazer pedagógico” é discutida a necessidade da escola em ampliar as perspectivas educacionais. No tópico intitulado “Projeto blog: a contribuição do ambiente virtual na discussão sobre questões de gênero e sexualidade na escola” apresenta o desenvolvimento das atividades propostas pelo projeto blog e sua importância de contextualização a temática de Gênero e Diversidade.

Neste trabalho são apresentadas reflexões quanto ao uso da tecnologia, da influência dessas na comunicação e a importância da discussão de Gênero e Diversidade para o ambiente escolar, na formação de jovens conscientes do seu papel como cidadãos.

CONTEXTUALIZANDO O USO DAS TECNOLOGIAS COMO FUNDAMENTO DA COMUNICAÇÃO

Na história da comunicação, o homem sempre apreciou a linguagem, escrita ou falada, para interação social. Desejo esse que é inerente ao ser humano. Mesmo que de forma primitiva os primeiros homens deixaram suas impressões com imagens de sua rotina nas paredes das cavernas. O domínio da linguagem falada e escrita por parte do alto clero da Igreja Católica durante o período da Idade Média possibilitou que as instituições religiosas utilizassem e manipulassem informações com o objetivo de propagar seus interesses e manter-se no poder. HOFFMANN (2010). Com o decorrer do tempo, as expansões territoriais e o distanciamento entre os membros da comunidade, colaboraram para o surgimento de um gênero mais íntimo e com menos alcance social, a carta.

Em meio a isso, a Televisão é hoje um dos instrumentos mais eficientes na propagação de ideias mais diversas possíveis. É muito comum que acreditemos cada vez mais nas mensagens televisivas, nos moldando a elas. Guy Debord (2003), em seu livro *Sociedade do Espetáculo* apresenta os paradigmas do homem deste século, que está sempre se construindo a partir das mídias. O indivíduo, para ele, é uma consequência de uma vida cada vez mais baseada nas aparências e exposições. A Internet seria hoje a representação máxima dessa sociedade, que vive os preceitos que as tecnologias ditam. Tudo está muito exposto, a cada segundo estamos monitorados. Registramos mais, mas “nada nos acontece” (BONDIA, 2002).

Ao mesmo tempo em que as novas mídias nos possibilitam uma vivência mais conectada, não sabemos como potencializar nossa experiência de vida, razão pela qual, a escola pode e deve ser um espaço de criação de um novo olhar para o mundo virtual. De acordo com BONDIA (2002) um dos fatores que impede a experiência é o acúmulo de informações. As tecnologias nos dão muitas informações, mas pouco conhecimento é produzido e gerado. A comunicação é um processo humano que se encontra cada vez mais norteados pelas novas tecnologias. Comunicar-se atualmente tornou-se um sinônimo de mídias, no sentido originário da palavra. Um meio de chegar além algo, alguém.

Devido a isso a Internet e as novas tecnologias de Informação e comunicação estão presentes na rotina das pessoas, essas tecnologias interferem diretamente nas decisões e desenvolvimento dos pontos de vista. Influenciam desde as situações simples como uma mensagem de texto via WhatsApp até situações complexas como lançamento de mísseis. Não diferente os discursos produzidos são resultado da dependência de compartilhamento e visualização. Compreendendo a necessidade de informação e o desenvolvimento das novas mídias é possível afirmar que apesar de todo aparato tecnológico e de liberdade de expressão com a era digital e redes sociais todos que têm acesso a essa

ferramenta podem produzir, divulgar, reproduzir todo e qualquer discurso livremente. Sendo assim necessário um direcionamento, não só para área que compete à escrita, mas também para as competências sociais dos que desta utilizam, tal tendência na escolha do uso das tecnologias revela um novo perfil dos usuários, o que apresenta seus interesses de compartilhamento. A tecnologia interfere diretamente na interação social, e situações que antes pareciam estranhas ao comportamento humano, hoje fazem parte do cotidiano como algo natural, palavras e equipamentos do meio digital estão inseridos no ambiente familiar e escolar.

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: NOVAS FORMAS DE PENSAR O FAZER PEDAGÓGICO

A padronização do ensino no ambiente escolar, em decorrência da rígida e linear grade curricular das disciplinas, dificulta muitas vezes a expressão dos discursos dos alunos sobre assuntos que não são abordados diretamente pelos conteúdos disciplinares. No entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam o trabalho de temáticas transversais dentro da sala de aula, como forma de desenvolver uma aprendizagem significativa a fim de que o aluno amplie sua visão de mundo e criticidade. A utilização dos meios tradicionais como livro didático e quadro branco, ainda são importantes para o aprendizado, no entanto há de se considerar que o professor deve incorporar na sua prática docente alternativas metodológicas que estejam contextualizadas com a realidade dos estudantes. De acordo com a recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs

Materiais de uso social frequente são ótimos recursos de trabalho, pois os alunos aprendem sobre algo que tem função social real e se mantêm atualizados sobre o que acontece no mundo, estabelecendo o vínculo necessário entre o que é aprendido na escola e o conhecimento extraescolar. A utilização de materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, faz o aluno sentir-se inserido no mundo à sua volta. Brasil (1997, p.67)

Em seu texto “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, Edgar Morin (2009) afirma sobre a necessidade de repensar o modelo educacional, e que o processo de ensino-aprendizagem deve estar relacionada com a realidade e o meio no qual o indivíduo está inserido. Essa configuração apresenta as possibilidades que podem ser utilizadas pelo professor no intuito de desconstruir as estruturas hierarquizadas tão valorizadas pelo sistema de ensino.

MORIN traz reflexões para todos aqueles que pensam e fazem educação, apresentando o que ele mesmo chama de “inspirações” para o educador ou os saberes necessários para uma boa prática educacional. Contudo, é necessário compreender que não existem modelos prontos de práticas

pedagógicas, logo devemos estar dispostos a aprender, considerado as diferenças entre os indivíduos e as formas de aprendizagem. O autor questiona em seus escritos o que é educar impulsionando uma reflexão sobre a atividade docente, as grades curriculares e também os métodos avaliativos.

Para a relação professor-aluno é difícil desconstruir a ideia de que o conhecimento não é algo concreto, na verdade existe a ilusão de que o conhecimento é imutável. Segundo Morin (2009, p.82): “O conhecimento é sempre uma tradução, seguida de uma reconstrução”. Logo, este nunca é um reflexo da realidade, mas uma reconstrução ou percepção do que é real, sendo passível de erro. O autor também aponta para a dimensão da sensibilidade humana, professores e alunos estão suscetíveis a falhar e isso não deve ser um fator de incompreensão, já que o ato pedagógico deve implicar a construção de relações fundamentadas em princípios como respeito e empatia.

Há muitos desafios a serem superados na educação contemporânea, os ditos “buracos negros” tão presentes no cotidiano escolar. A tão desejada interdisciplinaridade ainda é um conceito distante nas práticas de ensino atuais, pois ainda que seja possível pensar em métodos diferentes de trabalho, culturalmente estamos habituados a aplicar metodologias usuais. Deve-se compreender que conhecimentos e meios podem ser interligados em uma espécie de “teia do conhecimento”, pois “O ensino realizado por disciplinas fechadas nelas mesmas atrofia a atitude natural do espírito para situar e contextualizar” (MORIN, 2009, p.87).

Em sala de aula, o professor é um facilitador e idealizador de possibilidades de construção de conhecimento, incentivando o estudante a compartilhar suas experiências e gostos. Nesse viés o conhecimento funciona como uma teia de informações que devem ser trabalhadas de maneira plural e em constantes diálogos com diversos saberes. Logo, essa mudança de panorama colabora para inclusão das novas mídias no ambiente escolar. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs:

“É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras.” BRASIL (1997, p.67)

Diante disso os meios digitais estão modificando a forma com que os jovens percebem a realidade que o cercam, sendo necessário utilizá-los de forma consciente. Embora o acesso à internet seja uma prática popular entre os jovens essa ferramenta ainda se configura como um desafio ao sistema de ensino. Mesmo com limitações estruturais e pedagógicas o sistema educacional não pode ignorar a

influência que a internet e todos os meios digitais exercem na vida dos indivíduos. É importante que a escola saiba manejar as novas tecnologias aliadas a suas práticas didáticas utilizando-a como uma estratégia de alcance aos estudantes a fim de colaborar para um trabalho que permita a junção dos saberes, o conhecimento da realidade e a criticidade ante os problemas sociais.

PROJETO BLOG: A CONTRIBUIÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL NA DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Aprender é um exercício complexo, mas a inserção de novas formas de aprender é ainda mais delicada. No processo de aprendizagem os objetivos devem ficar claros, para que os alunos compreendam as novas abordagens e não rejeitem o novo. A banalização dos temas transversais e a utilização de metodologias não usuais consistem em um desafio à ação pedagógica, pois o professor corre o risco de se deparar com reações negativas por parte dos estudantes através de posturas desinteressadas e desacreditadas em relação as práticas propostas.

O projeto Blog foi desenvolvido na Escola Estadual de Educação Profissional Professor César Campelo na cidade de Fortaleza e surgiu a partir da necessidade de trabalhar metodologias interativas nas aulas de redação aliadas a discussão de temáticas transversais. O objetivo do projeto era trabalhar a produção textual por meio do gênero blog fundamentada na temática Gênero e Sexualidade, tema transversal estudado e discutido em sala de aula. Portanto, essa prática metodológica visava, de maneira crítica, estabelecer um diálogo entre tecnologia, cidadania e sociedade.

As noções a respeito de Gênero e Sexualidade estão rodeadas de tabus construídos historicamente, fato que impossibilita até os dias atuais uma discussão esclarecedora sobre as possíveis abordagens do tema dentro do espaço escolar, considerando que este interfere diretamente na construção de vida do estudante, tanto na perspectiva pessoal quanto social. É fato que as discussões em torno das diferenças de gênero estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, manifestando-se principalmente nas construções históricas dos universos masculino e feminino e as funções sociais atribuídas ao homem e a mulher. Portanto, não se trata de algo natural, mas de um fenômeno socio-histórico. A diferenciação se faz explícita, por exemplo, na própria linguagem através das regras gramaticais que ilustram a marcante diferença entre os gêneros nas diversas culturas.

Trabalhar Gênero e Sexualidade na escola colabora para ampliar o olhar do estudante no que tange ao conhecimento do seu próprio seu corpo, a posturas seguras quanto a sua sexualidade, aceitação da opção sexual e a compreensão da diversidade. Para isso é necessário combater o desconhecimento

que consequentemente gera a intolerância, que muitas vezes, está acompanhado da ação violenta, seja ela verbal ou física.

O cultural e social podem nos levar a construir o que entendemos como identidade de gênero. Pais, professores, os meios de comunicação e a sociedade forma geral exercem grande influência neste processo. Essas construções tendem a contribuir para uma hierarquização e consequente desigualdade, tanto nas relações familiares e outros espaços de convívio, como o ambiente escolar. Logo, se faz necessário à inserção de debates na escola para a multiplicação dos discursos de tolerância e respeito.

Nessa perspectiva surge a ampliação da interpretação voltada para a busca da pluralização e respeito à diversidade de gêneros. O fato de priorizar e debater sobre a dimensão do tema traz um conceito transformador induzindo uma postura mais igualitária ao tratar a diversidade. O desenvolvimento do projeto blog foi fundamental para compreensão e não linearização de assuntos, permitindo uma interação leitor e autor, podendo o primeiro ao final tornar-se coautor do texto lido. Segundo Maruschi (2008, p.8) “O hipertexto se caracteriza como um processo de escritura/ leitura eletrônica multilinearizado, multisequencial e indeterminado, realizado em um novo espaço de escrita”. No decorrer do processo o aluno pôde perceber a influência dos discursos no ambiente virtual, visto que o retorno desse discurso se faz de forma instantânea. Destarte, o aluno percebe a possibilidade de inovação na estratégia de ensino- aprendizagem quando é possibilitada ao corpo estudantil a junção harmônica do ensino da grade curricular tradicional, temas transversais e o uso das novas tecnologias.

No projeto desenvolvido a proposta de trabalho foi compreendida pelos estudantes de modo que os textos produzidos virtualmente tratavam positivamente o tema proporcionando visões sobre o rompimento do preconceito de gênero e aceitação da diversidade. Segundo Laraia (2001, p.50) “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com outro.” Ao possibilitar uma reflexão de que os conceitos diferem de cultura para cultura, e que muitos discursos são condicionados pelo ambiente e informações aos quais fomos expostos, um novo perfil de pensamento surge desenvolvendo um distanciamento da visão parcial das definições de gênero.

A metodologia utilizada, nas aulas iniciais, para a produção dos blogs foi a apresentação da importância das mídias e hipertexto que implica uma textualidade não linearizada realizada por associação, ferramenta utilizada pelo gênero textual blog. Em seguida, as definições dos temas a serem tratados, e a preparação do ambiente virtual, por meio da plataforma gratuita Wix para criação

do blog, nesta fase o caráter criativo da atividade se manifestou desde a escolha do design da ferramenta até o desenvolvimento dos textos a serem publicados, após o trabalho técnico com a ferramenta virtual foram discutidos textos norteadores para o desenvolvimento dos textos que alimentaram a plataforma. Ao longo de todo o processo os alunos divulgavam seus blogs para comunidade escolar com a intenção de serem avaliados desde o layout da página a importância dos temas apresentados.

O projeto proporcionou aos alunos desenvolvimento de habilidades que transcendem o contexto gramatical, pois observaram a necessidade de um texto que argumentasse também sobre fatos relacionados ao social, econômico e profissional. Percebe-se na diversidade dos blogs produzidos o senso crítico, capacidade de organização e encadeamento de ideias. E a oportunidade de trabalhar a produção textual em vários gêneros, aprimorando habilidades referentes à tecnologia e uma visão crítica e respeitosa ao tratar o tema transversal Gênero e Diversidade no ambiente virtual.

CONCLUSÃO

As turmas que desenvolveram o projeto apresentaram uma melhora significativa quanto à produção textual e engajamento durante e após o projeto. A maior dificuldade foi selecionar os assuntos a serem trabalhados, evitando uma exposição de credo e projeções políticas, pois em hipótese alguma, pretendia-se fazer projeção de distinção de credo, opção sexual ou partidária. Apesar, da característica de hipertexto, o trabalho foi realizado valorizando as diferenças e partindo contra a intolerância.

A multiplicidade dos temas trabalhados foi uma representação dos interesses dos alunos, já que vários blogs abordaram assuntos que o cognitivismo discente estava confortavelmente inserido, o cooperativismo, se deu quando os alunos com mais experiência e disponibilidade decidiram ajudar aos que tinham dificuldade na utilização do meio digital. O projeto também foi apresentado na Feira Científica da Secretaria de Educação de Fortaleza- SEFOR no mesmo ano de sua aplicação.

Compreendo que a proposta de unir Gênero Textual e Gênero e Sexualidade envolvendo ações estudantis para produção textual se justificam, através da análise das condições sociais, econômicas e acadêmicas dos discentes, bem como das demandas específicas que as questões de Gênero/Sexualidade, articuladas às experiências desenvolvidas a partir do meio virtual que podem apresentar à escola, no sentido da construção de políticas de promoção ao estudo de Gênero/Sexualidade, um suporte a assistência estudantil de tal modo que possam dialogar e debater no ambiente escolar, de forma que estes se sintam seguros e acolhidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

GUY, Debord. A sociedade do espetáculo. 2003. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

HOFFMANN, S. M. et al. Revista Historiador Especial. Perspect. Ciênc. Inf., Porto Alegre, v.10,n.10,p.105-111 julho 2010. Disponível em:

<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/espum/>. Acesso em: 11 de novembro. 2018.

LARAIA, Cultura: conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

MARUSCHI, Antônio Luiz. Linguagem & Ensino, Vol. 4, No. 1 2001 (79-111) Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/issue/view/24/>. Acesso em: 11 novembro 2018.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. Em: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A. C. (Orgs.) Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

MORIN, Edgar. Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. Em: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard Assis (orgs.) Educação e complexidade: os setes saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez: 2009.

Capítulo 2

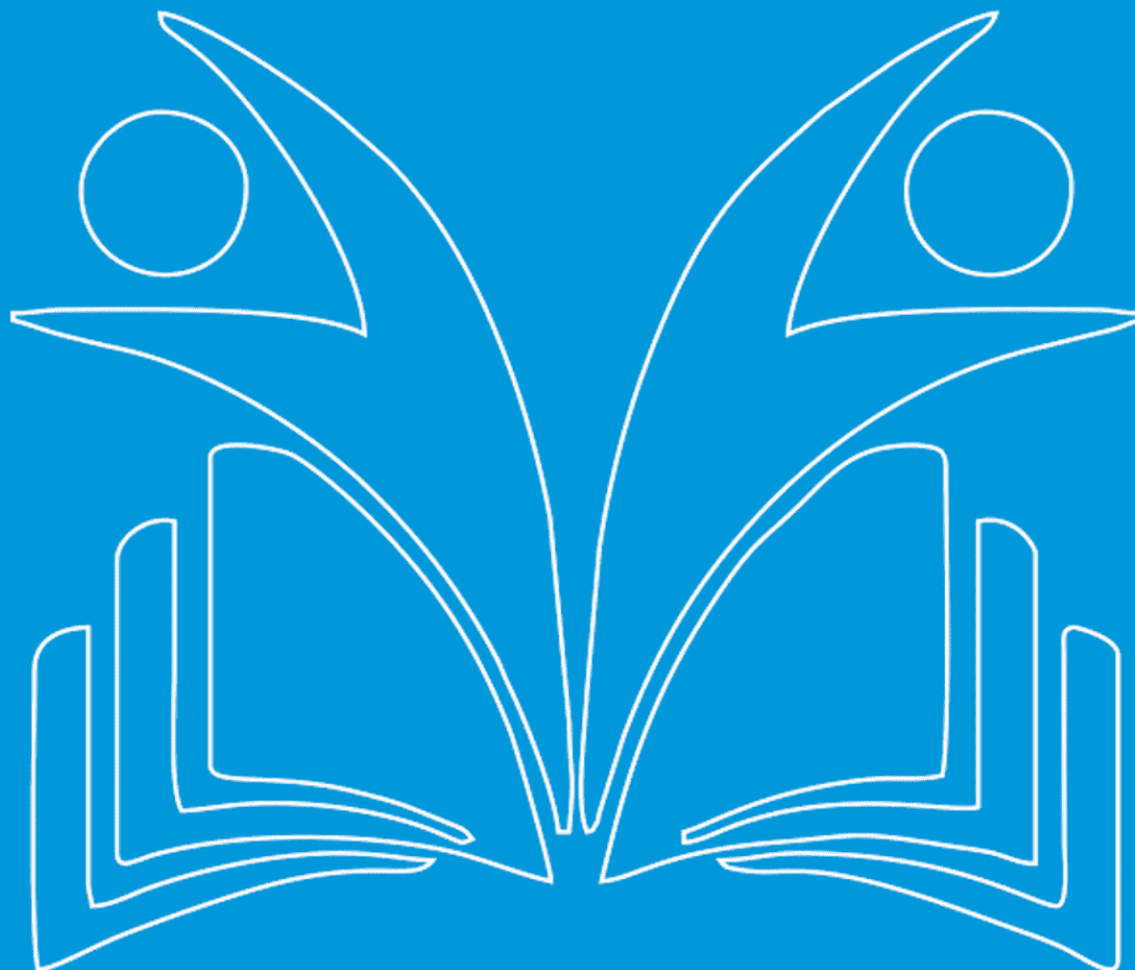


10.37423/230607906

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS EM MOÇAMBIQUE NO PÓS- INDEPENDÊNCIA E SEUS REFLEXOS NO SÉCULO XXI

Raynara Escala Ribeiro Torres

Universidade Federal Fluminense



Resumo: Neste artigo, pretendo realizar uma análise sobre como os fluxos migratórios do período do pós-independência, a partir da década de 1990, influenciaram na formação social e no desenvolvimento de Moçambique. Este país é marcado por um contexto social complexo em relação aos movimentos migratórios ocorridos em seu território, sendo esta uma condição característica da história do país. Após a independência, marcas foram deixadas na história do país por conta de todo o processo compulsório, que ocasionou o êxodo rural e o trabalho forçado neste período, os quais provocaram conflitos sociais violentos que se refletiram sobre toda a população moçambicana. Assim, surge a necessidade de fuga aos conflitos internos, na maior parte das vezes, através do deslocamento forçado e do refúgio em países vizinhos, acompanhando o ritmo dos avanços dos conflitos e das exigências sociais tidas a partir das situações que foram surgindo durante o final do século XX. Analisando assim, as migrações internas em Moçambique, principalmente, a questão do êxodo rural, a relação do Estado com este fenômeno e o motivo das implementações de políticas públicas que impediam este movimento entre campo e cidade, tendo em vista o desemprego e a insegurança sofrida por parte da população moçambicana, causada pela guerra.

Palavra-chave: Moçambique; Migrações Internas; Imigrantes.

INTRODUÇÃO

Durante o período pós-independência, o país desenvolveu um aumento em relação ao movimento migratório interno, que se difundiu por conta de fatores políticos vinculados à Guerra Civil Moçambicana (1977-1992). Além dos conflitos políticos desse período, outros fatores também influenciaram nesses processos migratórios. Esses fatores perpassam por problemas internos e internacionais, como os conflitos armados com os países vizinhos durante a guerra civil, realizados na época pela África do Sul e pela ex-Rodésia (Zimbabwe), agregados aos desastres ambientais como as cheias, ciclones e secas, sendo fatores desencadeadores de problemas de cunho socioeconômicos e culturais (MUANAMOHA; RAIMUNDO *apud* PATRÍCIO, 2016, p. 82).

As relações estabelecidas entre Moçambique e a África do Sul no período pós-independência marcam um processo no qual as migrações em busca de trabalho nas minas sul-africanas acabaram diminuindo quantitativamente. Esse processo é resultado das medidas do novo Governo pós-independência, que visavam diminuir relativamente a dependência em relação aos países vizinhos, especialmente, a África do Sul. As dinâmicas migratórias estabelecidas no fim do século XX, caminhando para o fim da guerra civil, demonstram uma entrada massiva de imigrantes em Moçambique, incluindo refugiados, provenientes de todos os continentes (FEIJÓ, 2018, p. 27).

Feijó assinala que no período da guerra civil parte da população do país foi submetida ao deslocamento forçado por parte de políticas repressivas do Estado, o qual investiu recursos na criação de campos de reeducação e aldeias comunais, como incentivo político à Operação Produção. Contudo, durante os primeiros anos da independência, milhares de moçambicanos foram enviados para os campos de reeducação, pessoas estas que fossem consideradas subversivas à revolução ou pessoas consideradas marginais, assim como aqueles que possuíam hábitos coloniais ou burgueses. Isso aconteceu para que houvesse uma manutenção social por parte do Estado, que estava se formando naquele momento (FEIJÓ, 2018, p. 28).

O governo moçambicano do pós-independência também realizou políticas para limitar o movimento migratório interno dos campos para cidade, com o intuito de reduzir problemas relacionados ao desemprego, prostituição e criminalidade ou a oposição política. Isto se deu no decorrer do encerramento de inúmeras atividades econômicas realizadas no período colonial, gerando assim, um alto índice de desemprego. Sendo assim, o governo da época via no êxodo rural um fenômeno que poderia causar problemas para o desenvolvimento de um modelo de organização moderno (FEIJÓ, 2018, p. 29).

Para constituir um controle sobre essas migrações internas, o governo instituiu a guia de marcha nas cidades do país. Estes, por sua vez, eram documentos de viagens internas para que houvesse um controle de pessoas que se deslocavam dos campos para as cidades. Este movimento se intensificou com a Operação Produção, que tinha como objetivo a identificação ou a deportação para o norte do país daqueles considerados improdutivos. O governo também procurou desenvolver políticas de modernização do campo, que se denominaram de políticas de aldeamento. Nestes espaços eram encontrados centros de saúde, escolas, lojas do povo ou cooperativas. O intuito da implementação deste plano político para o meio rural era evitar a dispersão populacional, diminuir a influência da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e garantir a proteção civil (FEIJÓ, 2018, p. 30).

Contudo, a guerra dos 16 anos foi uma das causadoras do deslocamento forçado de muitos moçambicanos para os centros urbanos do país, ora em busca de emprego, ora para fugir dos conflitos da guerra. No desenvolver deste trabalho, pretendo explorar os fatores condicionantes que desencadearam os processos migratórios, após a guerra civil, e as consequências deixadas na composição do espaço social e urbano em Moçambique. Ao observar os processos migratórios internos e externos, a partir da perspectiva política moçambicana entre os séculos XX e XXI, notamos que esses deslocamentos se difundem em diversos fatores ou da combinação de vários, decorrentes de desestabilidade política, dos conflitos armados, de perseguições culturais, religiosas e catástrofes naturais, dentre outros.

DESENVOLVIMENTO

Os movimentos migratórios destacados dentro do território moçambicano possuem raízes históricas evidenciadas desde antes da presença portuguesa na região. Porém, as relações estabelecidas no período colonial, agregadas aos motivos que levaram a ruptura desse sistema, acrescentaram diversos fatores que ocasionaram em um significativo aumento no fluxo de deslocamento populacional no país.

As populações rurais de Moçambique apresentam em sua história um comportamento marcado pela permanente circulação entre as zonas rurais, os centros urbanos e os países vizinhos. Os deslocamentos pré-coloniais estariam relacionados a fatores climáticos, como as secas que assolam uma grande parte da região da baixa savana do Sul de Moçambique, constituída por solos pouco produtivos. O motivo dessas migrações estariam atrelados a questões relacionadas à sobrevivência da população, a busca por melhores condições e oportunidades, dada a problemática na qual estes

estivessem enfrentando em determinada época (FEIJÓ, 2018, p. 20). Esta ideia pode ser complementada com seguinte trecho:

Os movimentos migratórios em Moçambique e entre o território moçambicano e os países vizinhos têm origens ancestrais, bem anteriores à penetração capitalista colonial. Durante grande parte do século XIX, várias regiões da África Austral já vinham constituindo o palco de um turbilhão de movimentos militarizados, com repercussões profundas ao nível da mobilidade populacional (LIESEGANG *apud* FEIJÓ, 2018, p. 19).

Ao longo do século XIX, as grandes potências europeias já enfrentavam questões decorrentes da perda de suas colônias no novo mundo, neste período muitas destas já estavam percorrendo processos políticos e sociais que levariam a sua independência.

Junto ao fim do comércio de escravos pelo Atlântico, por imposições inglesas, a realidade econômica de Portugal se apresentava em um quadro de debilidade, com certo atraso em relação às demais potências europeias.

Lima e Araújo (2019) comentam sobre as estratégias coloniais portuguesas em território moçambicano. Com a Conferência de Berlim (1885), determinando a partilha dos territórios africanos, Portugal percebe a necessidade preservar seu império colonial na África perante a cobiça das demais potências mundiais. Perdê-lo nesse momento agravaria a situação econômica da metrópole, devido à dependência portuguesa na produção de *commodities* agrícolas e do mercado consumidor das colônias, para a sustentação de suas indústrias.

As transformações em Moçambique estabelecidas pelo regime colonial no final do século XIX irão impulsionar as migrações internas que já ocorriam no território. A exploração de recursos minerais e a valorização destes no contexto econômico da metrópole acabaram por “mudar a geografia de Moçambique, em termos de assentamentos populacionais e do sentido das migrações” (RAIMUNDO; RAIMUNDO *apud* MUANAMOHA; RAIMUNDO, 2018, p. 35).

As relações migratórias de Moçambique para a África do Sul ocorrem desde a primeira metade do século XIX incentivadas de início pelo comércio de marfim, logo depois, pela produção de açúcar na província de KwaZulu-Natal, devido a necessidade de mão-de-obra. No fim deste século, as migrações mudam sua dinâmica devido à descoberta de diamantes no rio Orange e o governo colonial promoveu então a construção da linha de caminho-de-ferro entre o porto de Lourenço Marques (atual Maputo) e o Transvaal, através de acordos comerciais estabelecidos entre o governo colonial português e o governo colonial sul-africano (NEWITT *apud* FEIJÓ, 2018, p. 20).

Em 1958, dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho concluíram que Moçambique detinha os maiores fluxos migratórios no fornecimento de mão-de-obra barata em todo continente africano. Esse fator fez com que as economias vizinhas, principalmente da Rodésia e África do Sul, dependessem dessas migrações para desenvolvimento do seu setor agrícola, agro-industrial e mineiro (HEDGES *apud* FEIJÓ, 2018, p. 23).

A importância de tais práticas econômicas para Portugal era proveniente do lucro do recrutamento de mão-de-obra, pois o governo português recebia por cada trabalhador enviado às minas sul-africanas e zimbabuanas. As empresas de mineração envolvidas nesses acordos visavam adquirir através de negociações, a redução dos salários, a colaboração colonial no controle da emigração clandestina e no retorno destes trabalhadores à Moçambique, após o término de seu contrato. Além de recolher o imposto de *palhota*, que comumente deveria ser pago anualmente para o Estado colonial pela população africana classificada como indígena. Estes acordos também conferiam a África do Sul o direito de transitar pelos portos da capital moçambicana com “mercadorias importadas por via marítima e a pagar, em ouro e directamente ao Governo português, uma parte importante dos salários dos emigrantes” (FIRST *apud* FEIJÓ, 2018, p. 20).

Lima e Araújo afirmam que tais práticas foram responsáveis por diversas revoltas ao longo de todo o período de domínio português. Em meados do século XX, Portugal enfrentou duramente os movimentos que visavam a independência do país, devido à sua dependência econômica sob a colônia. Com auxílio da União Soviética, que apresentava grande interesse na descolonização de países da África nesta época, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) se fortaleceu na luta pela libertação do domínio colonial português (LIMA; ARAÚJO, 2019, p. 184).

Em 25 de abril de 1974, uma junta militar depôs Caetano e anunciou planos de democratização e descolonização. No ano seguinte, as colônias portuguesas finalmente conquistariam suas independências. No entanto, a paz que se sucedeu o fim das guerras de independência seria breve, e logo substituída por outros conflitos (LIMA; ARAÚJO, 2019, p. 184).

É válido ressaltar que os movimentos migratórios organizados pela administração colonial no século XX afetaram a economia rural moçambicana. Os emigrantes moçambicanos que buscavam trabalho nas minas passaram a depender desta remuneração para sustento de suas famílias, principalmente, em anos de más colheitas ou em períodos complicados, no qual os mesmos não conseguiam cultivar. Os salários oferecidos, mesmo que não fossem de alto valor, conseguiam dar conta de sua sobrevivência, do pagamento dos impostos e da compra de recursos pessoais (FIRST *apud* FEIJÓ, 2018, p. 25).

Após a independência em 1975, a FRELIMO promove severas mudanças nas organizações políticas, sociais e econômicas do país, no intuito de romper com as estruturas desenvolvidas ao longo do período colonial, visando desfazer as dependências estrangeiras e promover um desenvolvimento interno autônomo. Como destacado por Moraes, a FRELIMO articulou estratégias de desenvolvimento para a região, como: a nacionalização das propriedades privadas, a criação de fazendas agrícolas, deslocou habitantes de regiões consideradas improdutivas, entre outros (MORAIS, 2016, p. 113). As medidas tomadas por este governo, segundo a autora, desconsideravam a organização social tradicional das comunidades moçambicanas.

Diversos conflitos foram se formando no pós-independência devido ao descontentamento das autoridades tradicionais com as posturas políticas tidas pela FRELIMO, os quais provocaram a guerra civil que se seguiu dois anos após a independência. Segundo Moraes, todo o ideal socialista difundido pelo Estado se confrontou com uma organização anterior, que fornecia coesão social e identitária às comunidades (MORAIS, 2016, p. 114). Na tentativa de se distanciar das estruturas coloniais, o Estado deixou de lado a existência prévia de uma identidade cultural local tendo em vista a difusão de uma identidade nacional baseada em conceitos socialistas. Nesse contexto, ocorre o fortalecimento da RENAMO, uma organização política criada após a independência de Moçambique por militares portugueses, dissidentes da FRELIMO e patrocinada pela Rodésia, atual Zimbábue.

As tensões políticas estabelecidas entre Moçambique, África do Sul e a Rodésia seguem entre os anos de 1976 a 1983. O amparo moçambicano ao Congresso Nacional Africano (ANC), apoiando a libertação de países vizinhos, posicionando-se contra o *apartheid* na África do Sul e contra o governo de Ian Smith na Rodésia, foram fatores que provocaram desestabilidades econômicas e sociais em Moçambique, principalmente, pela ocorrência dos conflitos armados em sua região. Com a independência da Rodésia, em

1965, a base da RENAMO foi transferida para a África do Sul, intensificando os conflitos armados, o tensionamento político e as pressões econômicas traduzidas na redução do número de mineiros moçambicanos e na restrição do tráfego de mercadorias para o Porto de Maputo (PATRÍCIO *apud* PATRÍCIO, 2016, p. 88).

A procura por mão-de-obra na África do Sul se acentuava por toda a região austral entre os anos de 1960 e 1970. Neste período é possível evidenciar a vinda de 400 a 500 mil trabalhadores de várias regiões da África para trabalhar no setor minerador, agrícola e na indústria manufactureira (CIDOB *apud* PATRÍCIO, 2016, p. 87). O caso específico de trabalhadores moçambicanos é analisado por

Patrício (2016), o qual afirma que entre os anos de 1972 e 1976, o fluxo migratório moçambicano para trabalho nas minas - diretamente relacionado a descoberta do ouro e do processo econômico que se desenvolvia na região - chegou a atingir o total de 150.738 trabalhadores. Esse quantitativo refere-se ao ano de 1975, o pós-independência e as tensões políticas desse período irão influenciar diretamente nesses fluxos.

Diante da relativa diminuição da dependência aos países vizinhos por parte do Estado, junto dos conflitos ocorridos entre Moçambique e África do Sul, o fluxo migratório de mineiros moçambicanos, no período 1977-1983, prende-se à crise de algumas minas e novas legislações laborais que restringiam os trabalhadores estrangeiros (PATRÍCIO, 2016, p. 88). Segundo Feijó, em 1975, “a África do Sul reduziu o recrutamento anual de mineiros em Moçambique de cerca de 115.000 para cerca de 32.000” (FEIJÓ, 2018, p. 27). Essa redução do número de trabalhadores, segundo Patrício, se deu através dos seguintes fatores:

O declínio de trabalhadores estrangeiros, incluindo moçambicanos, deveu-se, entre outros factores: às novas leis migratórias sul-africanas, as quais fixavam quotas de trabalhadores estrangeiros nas companhias mineiras, com vista a promover a mão-de-obra nacional; ao fecho de algumas minas de ouro; à idade avançada dos mineiros moçambicanos, dos quais 75% tinham mais de 48 anos, quando a idade de reforma nas minas era de 55 anos; e à elevada mortalidade no seio dos mineiros moçambicanos causada pelo SIDA (PATRÍCIO *apud* MUANAMOHA, 2016, p. 88).

Além dos prejuízos econômicos tidos pelo Estado devido a guerra civil e os tensionamentos políticos, que prejudicaram diretamente a população, Araújo e Muanamoha destacam através de sua pesquisa que a migração de indocumentados para a África do Sul acabou sendo uma estratégia de sobrevivência para muitas famílias do sul de Moçambique. Nesta pesquisa, foi evidenciado por meio de entrevistas com emigrantes moçambicanos que muitos destes se arriscavam tendo em vista o sustento de suas famílias, que, em sua maioria, viviam em áreas rurais e eram dependentes da agricultura de subsistência para próprio sustento, que, em muitas épocas, destacavam-se improdutivo (ARAÚJO; MUANAMOHA, 2011, p. 177).

Estes fluxos migratórios descritos acima estão associados diretamente à guerra civil, ocorrida entre os anos de 1977 e 1992, tendo sido um fator de grande relevância devido aos dezesseis anos de duração dos conflitos no território e os impactos voltados à mobilidade de vários segmentos da população. Segundo Lima e Araújo, a guerra civil foi responsável por devastar a economia, a infraestrutura e a organização social moçambicana. Este conflito se configura em uma estrutura política mundial no contexto de Guerra Fria, além das disparidades internas destacadas entre a FRELIMO e a RENAMO em

território moçambicano, nota-se a presença de agentes externos que influenciaram na duração de tais conflitos. Na configuração dos conflitos continentais, temos a presença das disparidades políticas de Moçambique com os regimes segregacionistas da Rodésia (atual Zimbabwe) e da África do Sul, influenciados por conflitos internacionais orientados pelos EUA e a URSS (LIMA; ARAÚJO, 2019).

O projeto político executado pela FRELIMO fez com que uma parte da população de Moçambique fosse sujeita a diferentes tipos de deslocamentos forçados por conta de imposições estatais. Feijó explica a respeito da criação dos campos de reeducação. Ao longo dos primeiros anos da independência, milhares de moçambicanos considerados pelo Estado como marginais, improdutivos, antigoverno, possuidores de hábitos coloniais, burgueses ou inimigos, eram enviados em grandes levadas para trabalhar em campos, os quais tinham por intuito a promoção da reeducação destes por meio do trabalho braçal, tornando-os cidadãos produtivos para a sociedade, junto da disseminação ideológica marxistas-leninistas pregada pelo Estado (FEIJÓ, 2018, p. 29).

Esse projeto denominado Operação Produção, lançado em 1983, foi uma das medidas adotadas pelo Estado para conter seus opositores, temendo também que as pessoas desempregadas, consideradas improdutivas, enveredassem pela criminalidade e prostituição, provocando assim, uma maior instabilidade social em um contexto de guerra civil. Cerca de 50 a 100 mil pessoas foram deportadas para a província do Niassa para trabalho forçado (THOMAZ *apud* FEIJÓ, 2018, p. 29).

Essas estruturas tinham como principal objetivo promover o controle do Estado sobre o fluxo populacional entre campo e a cidade, a fim de limitar a população urbana e controlar as migrações, possuindo assim, o controle dos centros urbanos, que ao longo dos anos vem a apresentar um grande aumento populacional impulsionado pelas relações de trabalho e pela emigração de estrangeiros para diferentes províncias de Moçambique (MUANAMOHA; RAIMUNDO, 2018). Para regulamentar os deslocamentos dentro do país, o governo introduziu, em 1979, a obrigatoriedade da guia de marcha nas cidades, sendo um documento de viagem interno necessário para se deslocar nas cidades e no campo. A ausência dessa documentação colocava o indivíduo em uma condição irregular de moradia frente ao Estado, sendo possível o envio deste aos campos destinados à Operação Produção (QUEMBO *apud* FEIJÓ, 2018, p. 29).

Segundo Patrício (2016), a migração rural-urbano também se mostraria como resultado da aplicação de políticas socialistas pelo Estado, na tentativa de promover o desenvolvimento rural através da criação de aldeias comunais (PATRÍCIO, 2016). As políticas voltadas ao campo tinham por intuito o afastamento das comunidades de suas lideranças tradicionais, regidas durante o período colonial

(MORAIS, 2016, p. 116). O deslocamento populacional para fins de mão-de-obra nas grandes empresas agrícolas, as *machambas*, sejam estas rurais ou urbanas, visavam o cultivo familiar para o consumo de alimentação própria, mas também para venda pontual em mercados. Se diferenciavam da política de aldeamentos no período colonial, por objetivar o desenvolvimento rural, a fim de promover a modernização da área rural e fornecer um aparato estatal para essas populações, através da implantação de serviços de saúde, educação, desenvolvimento de cooperativas e apoio profissional aos agricultores.

As imposições autoritárias tidas pela FRELIMO na organização e manutenção das aldeias comunais tiveram resultados negativos. Patrício comenta os resultados da concentração dos camponeses nas aldeias comunais, na intenção de promover uma transformação social e cultural deste espaço, tendo a base produtiva e econômica assente nas empresas estatais e cooperativas (PATRÍCIO, 2016). A imposição de trabalho nas fazendas estatais e o desenvolvimento do programa de cooperativização fizeram com que o sistema de produção agrícola familiar decaísse por conta de tais políticas. O descontentamento populacional com tais medidas provocou o abandono dos trabalhadores desses locais, os quais se dirigiam aos centros urbanos em busca de trabalho ou retornavam ao modo de vida subsistente no campo, ocasionando no insucesso de tais projetos econômicos governamentais.

Além dos problemas listados relacionados a questões políticas, podemos evidenciar também diversas catástrofes naturais ocorridas durante o período da guerra civil moçambicana, sendo mais uma razão para o deslocamento populacional. Os anos de 1977 e 1978 foram marcados por inundações e, em 1980, um longo período de secas. Os desastres naturais ocorridos já no final do século XX atingiram mais de 8 milhões de pessoas, tendo sido Moçambique o país mais afetado nesta época (MORAIS, 2016, p. 116).

As migrações destacadas no período pós-guerra foram responsáveis pela urbanização acelerada e pelo aumento do censo demográfico urbano nas províncias moçambicanas. Entre 1980 e 1997, a taxa média de crescimento da população urbana oscilou entre os 6,1% e os 10,7%, enquanto o crescimento da população rural não ultrapassou os 0,7% (LACHARTE; VIVET *apud* FEIJÓ, 2016, p. 33). No caso da cidade de Maputo, o quantitativo elevado durante esse período tem a guerra como principal causa migratória, principalmente, de pessoas advindas do Sul do país. Em 1991, 44,6% da população de Maputo tinham origens fora da cidade (MUANAMOHA *apud* FEIJÓ, 2016, p. 33). Com o encerramento dos conflitos armados até à assinatura do Acordo Geral de Paz, o crescimento populacional urbano da

capital estava diretamente relacionado com as migrações oriundas do campo, a partir de então o crescimento natural da população na cidade ganhou preponderância (FEIJÓ, 2016, p. 34).

Desde 1990 não se utilizam mais restrições de deslocações populacionais em Moçambique, mesmo que o maior fluxo de deslocações populacionais fossem condicionadas, até então, pela guerra e algumas restrições decorrentes de políticas aplicadas pelo governo. Esses deslocamentos são regidos pela Constituição de 1990, que prevê em seu Artigo 55 a liberdade de residência e de circulação dentro do território, sendo estas migrações um direito constitucional (MUANAMOHA; RAIMUNDO, 2018, p. 36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, os movimentos migratórios destacados na história do país contribuíram para o desenvolvimento do mesmo, ampliando a rede de contato entre as pessoas dentro e fora de seu território, desenvolvendo assim, diferentes integrações econômicas entre os centros urbanos ou com países vizinhos. É possível evidenciar que estes deslocamentos frequentemente se relacionam com questões sazonais ou na busca por trabalho temporário, inter-relacionando distintas regiões com diferentes povos, línguas e costumes.

O fim da guerra civil moçambicana marcou um momento de estabilidade e desenvolvimento interno, tendo se findado os sucessivos conflitos armados, o quantitativo migratório interno (entre a área rural e os centros urbanos) decaiu em grande proporção, em contrapartida, o país se tornou receptor de imigrantes provenientes de diversas regiões da África ou mesmo de outros continentes, que procuram refúgio, trabalho, ou pretendem desenvolver negócios, para melhorar as suas condições de vida ou garantir sua sobrevivência.

Durante o pós-guerra, a economia moçambicana se desenvolveu de forma rápida, a partir da descoberta de recursos minerais e energéticos, que proporcionou de certa forma uma relativa estabilidade política, colaborando para o crescimento populacional e desenvolvimento urbano do país, caracterizada pela emergência de novos pólos de desenvolvimento socioeconómico.

Esses imigrantes geralmente optam por Moçambique devido a certa estabilidade política, social e econômica, realidade que muitas vezes se apresenta distinta da situação de seus países de origem. O desenvolvimento das estruturas econômicas e o ambiente de negócios favorável também são fatores responsáveis pela entrada de imigrantes no país. Um destaque importante a ser dado a estas imigrações atuais é o fato de muitas destas ainda ocorrerem de forma ilegal ou irregular, havendo

assim, uma debilidade do Estado no controle dos fluxos populacionais que circulam em seu território ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M.; MUANAMOHA, R. Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem. *RILP – Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº 24, 2011. p. 165-185.

FEIJÓ, J. Investimentos económicos, assimetrias socio-espaciais e movimentos migratórios. In: FEIJÓ, J.; RAIMUNDO, I. M. (Org.). *Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos*. Maputo: PubliFix Edições, 2018. p. 17-61.

LIMA, João Philippe; ARAÚJO, Daniela de Sousa. A Representação da Guerra Civil Moçambicana em Terra Sonâmbula. In: PEREIRA, Denise (Org.). *Diversidade: Diferentes, não Desiguais 2*. 1ed. Belo Horizonte: Antonella Carvalho de Oliveira, v. 2, 2019. p. 180-189.

MORAIS, Maria Perla Araújo. As autoridades tradicionais e a guerra civil moçambicana em Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane. *Revista Mulemba: Revista do Setor de Letras Africanas de Língua Portuguesa* - Departamento de Letras Vernáculas. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol.14, n 2, 2016. p. 111-126.

MUANAMOHA, R. C.; RAIMUNDO, I. M. A dinâmica migratória em Moçambique. In: ARNALDO, Carlos; CAU, Boaventura (Org.). *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: Cepsa, 2013.

MUANAMOHA, R. C.; RAIMUNDO, I. M. Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007. *REMHU, Revista Interdisciplinar Mobilidade Humanidade*, Brasília, v. 26, n. 54, 2018. p. 31-59.

PATRÍCIO, Gonçalves. Moçambique: compulsando as migrações internas e internacionais. *InterEspaço Grajaú/MA* v. 2, n. 5, 2016. p.78-101.

Capítulo 3



10.37423/230607907

O HOMEM NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR SOBRE AS MUDANÇAS DE PARADIGMAS SOCIOCULTURAIS

Maria Miriele Rodrigues Aires

Universidade Estadual do Piauí

Roberto Vinicio Souza da Silva

Universidade Estadual do Piauí

Kamyla Alves dos Santos

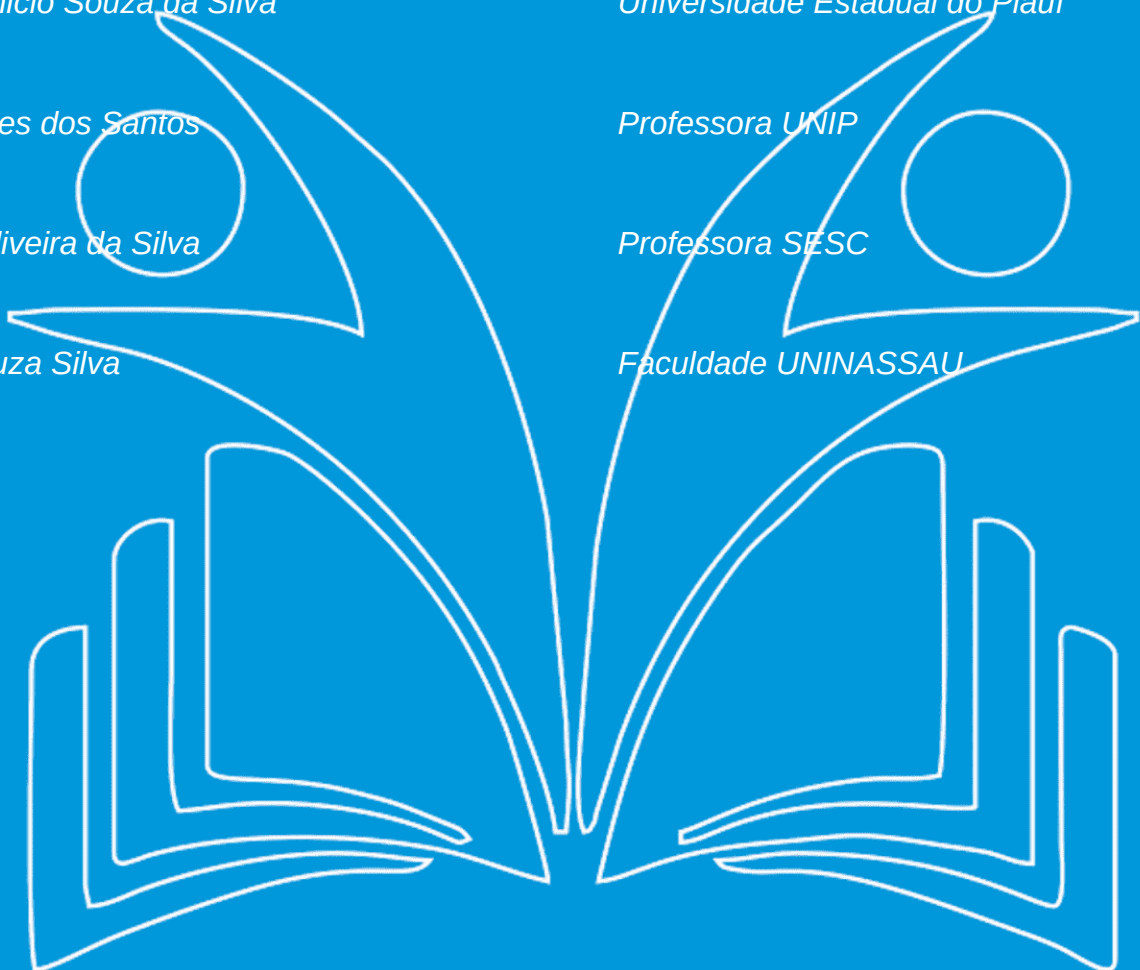
Professora UNIP

Fabyany Oliveira da Silva

Professora SESC

Layane Souza Silva

Faculdade UNINASSAU



Resumo: O artigo interpela a construção do sujeito contemporâneo, considerando os paradigmas socioculturais promovidos pelo uso de ferramentas tecnológicas nas interações humanas. O objetivo geral é: Pesquisar a influência da tecnologia no comportamento do homem na contemporaneidade. E os específicos são: Reconhecer a contribuição da tecnologia como estratégia de formação da identidade dos seres humanos na pós-modernidade; analisar as relações humanas diante da evolução tecnológica no contexto do trabalho e da cultura na atualidade. O percurso metodológico contempla os eixos: Bibliográfico e pesquisa campo com a estratégia qualitativa. Para o primeiro método utilizou: Candau(2008), Valente(1999), Hall(2006), Papert(1985), entre outros. Com relação a pesquisa de campo, efetivou-se no contexto da Educação distância – EaD, como estratégia de mudança de paradigma na educação formal. Este estudo pretende contribuir com as reflexões sociais, sendo a pretensão principal, chamar atenção para uma sociedade que valorize e respeite as diferentes manifestações de trabalho, cultura, e diversidade cultural. Estes elementos se fazem eixos primordiais ao analisarmos a sociedade contemporânea, sobre a óptica do desenvolvimento tecnológico.

Palavras Chaves: Educação. Identidade Cultural.Trabalho.

INTRODUÇÃO

Descrever sobre educação, classe e trabalhoseja na história ou na contemporaneidade é de grande relevância para a sociedade moderna, vista que, são eixos norteadores para uma prática interdisciplinar nas universidades brasileiras. A pesquisa evidência os diversos olhares sobre o homem como ser social, histórico, cultural e político que constrói e reconstrói o conhecimento permeado pela dialética da modernidade.

Os autores mencionados neste estudo além de fazerem alusão sobre as temáticas são os mais conceituados no contexto brasileiro e mundial. O mesmo está fundamentado nas concepções de: Bauman (2004), Hall (2006), Candau (2008), Chaui (2000), Gates (1995),

Gomes (2008), Papert, (1985), Perissé (2008) e Valente (1999), além dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual). A metodologia deste estudo contemplou as estratégias: Bibliográfica e pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa, realizada com os alunos devidamente matriculados na modalidade de Educação a Distância – EaD, cujos alunos de maneira sistêmica conseguem abordar de forma clara suas concepções a respeito dos eixos norteadores deste trabalho elencado anteriormente.

Desse modo, iniciamos nossa reflexão, reconhecendo a relevância que a revolução industrial no século XVIII apresentou ao mundo no contexto do desenvolvimento. A partir deste pressuposto, iniciou - se as premissas deste estudo, o desenvolvimento tecnológico, por sua vez têm proporcionado inúmeros benefícios, no auxílio das atividades humanas. Atualmente, cada vez mais os desenvolvedores da tecnologia estão refinando seus softwares e/ou hardwares, implementando novos módulos, adaptando outros recursos em seus projetos, enfim, estão aperfeiçoando suas aplicações.

Constantemente se tem discutido em Conferências, Fóruns, Jornadas, Dojôs, entre outros, recursos e ferramentas que melhorem os padrões tecnológicos; os usuários enquanto sujeitos ‘passivos’ dessa evolução reconhecem os dispositivos como extensões de seus corpos (PERISSÉ, 2008). Estes dispositivos eletrônicos são responsáveis por conectar os povos de diversas etnias, por meio do encurtamento do espaço-tempo, permitido a ampliação do sincretismo cultural, bem como a questão trabalhista. Com base nestes pressupostos, faz-se necessário discutir o sujeito, enquanto detentor de uma identidade cultural, que alguns sociólogos definem como estática. No entanto, já não se pode manter esta concepção, pois quando olhamos pela óptica do desenvolvimento tecnológico, percebe-se as inúmeras transformações ocorridas no cenário mundial.

[...] As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p.6).

A sociedade configura-se sobre o prisma do desenvolvimento. Portanto, trouxe-nos importantes debates e reflexões, sobretudo, a respeito do multiculturalismo. Assim, é indispensável reconhecer o foco da dialética como possibilidade de construir ambientes de socialização que promovem voluntária ou involuntariamente algumas interações culturais. Espera-se que esta pesquisa suscite reflexões e críticas, a respeito do hibridismo da identidade humana, haja vista, a complexidade do tema em discussão.

1. IDENTIDADE CULTURAL: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA?

Ao nascerem, os indivíduos iniciam seu processo de formação, mesmo que inconsciente. A sociedade está disposta a apresenta-lhes diversos conceitos e inculcar inúmeros paradigmas. Deste modo, as interações sociais são as principais construtoras neste processo apresentando, imprimindo e reproduzindo ideologias, sobretudo, no que tange a sexualidade, o papel da mulher, a situação do negro, "verdades religiosas", entre outros contextos.

O sujeito vai agregando à sua personalidade e ao seu carácter as mais diversas concepções, e estas por sua vez se desenrolam a partir das interações traçadas entre os personagens sociais, através dos contatos que estabelecem uns com os outros nos bairros, na cidade em que habita, nos grupos, nos encontros religiosos, enfim nos momentos de socialização. As pessoas neste processo de construção se identificam com a cultura a que foram gerados, isto constitui as identidades nacionais. Que segundo Hall (2006, p. 48), podem ser caracterizadas como: "[...] algo a qual não nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação"

No século XX e XXI, constatamos o aprimoramento de técnicas e ferramentas que auxiliam no comportamento humano. Este auxílio tecnológico tem se desenvolvido de maneira extremamente rápida, facilitando o intercâmbio cultural entre raças. Assim, podemos citar a computação em nuvens, a inteligência artificial, redes de computadores, surgimento e aprimoramento de linguagens de programação, robótica, as redes sociais, entre outros. Estas tecnologias tem proporcionado aos indivíduos de diferentes regiões geográficas a troca de informações, de hábitos linguísticos, de dogmas

religiosos, regras de conduta. Deste modo, constata-se a contribuição do desenvolvimento tecnológico como protagonista da convergência cultural entre os homens da contemporaneidade.

Como característica desta pós-modernidade é percebido a compressão espaço-tempo, de acordo com Stuart Hall (2006, 69), “é a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância”.

Levando em consideração este pressuposto, é possível começar a perceber que a civilização humana está enfrentando um novo momento de configuração social. Isto se caracteriza pela crise da identidade, que traz como um dos pontos fundamentais desta reflexão a fragilidade dos laços afetivos. Os grupos sociais, já não precisam de bases fixas, o encontro ocorre, sobretudo, por meio das redes virtualizadas de computadores, para Hall (2006) as amizades existem e deixam de existir através de um toque em um botão. Sendo assim, as identidades socioculturais, a qual os indivíduos reproduziam localmente, estão cedendo espaço às interação informatizadas.

A cultura moderna é caracterizada principalmente por racionalidade, desenvolvimento tecnológico, relações de poder, formas de comunicação, agilidade e precisão. Isto se configura através dos mecanismos desenvolvidos pelos profissionais da tecnologia da informação, das áreas afins e pela necessidade social de construir-se simultaneamente com as ferramentas tecnológicas. O computador passou de uma mera máquina de escrever sofisticada e tornou-se a principal fonte de informação para as pessoas, independentemente da idade (Papert, 1985).

Considerando o que foi dito, a pós-modernidade está solapando as identidades, os estigmas, as concepções estáticas e proporcionando uma junção de culturas entre diferentes etnias.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 2006, p.p. 12 e 13).

Portanto, a cultura não é algo fixo e cristalizado que o sujeito carrega por toda sua vida como um peso que o estigmatiza, mas é elemento que auxilia a compor sua identidade (BRASIL, 1997, p.34).

Deste modo, se compreende o quanto o desenvolvimento tecnológico através do processo de globalização tem contribuído com a mutação da sociedade. “O hibridismo e o sincretismo — a fusão entre diferentes tradições culturais — são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade que às velhas e contestadas identidades do passado” (Hall, 2006, p.91).

Portanto, percebeu-se que esta crise de identidade é caracterizada como parte do processo de socialização cultural. Com isso, estamos gerando uma civilização híbrida. Este sincretismo que por sua vez ocorre devido ao encurtamento do espaço-tempo, proporcionado através do desenvolvimento da tecnologia, a união de várias ideologias no contexto de diferentes etnias. Para Candau (2008, p. 20), “o multiculturalismo, não é simplesmente como um dado na realidade, mas como uma maneira de atuar, de intervir, de transformar a dinâmica social”. Com base neste pressuposto, torna-se indispensável refletir criticamente sobre as múltiplas culturas, conectadas através de aparatos teologizados.

2. UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O MULTICULTURALISMO PRESENTE NA CONTEMPORANEIDADE

Diante desta análise no item anterior foi possível perceber a contribuição que o desenvolvimento tecnológico tem proporcionado às pessoas, sobretudo, quando se discute a contemporaneidade diante da tecnologia, cultura, classe e trabalho, fica evidente que se desenrola por meio da união de várias culturas. No que tange o caráter da identidade dos indivíduos, Para Moreira (2008, p. 42), Nossa identidade, assim, não é uma essência, algo fixo, nem centrada, nem unificada, nem homogênea, nem definitiva. É instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. Considerando esta abordagem, confirma-se que a união de várias culturas não se caracteriza com algo da modernidade, mas que houve uma maior difusão a partir do progresso da tecnologia da informação.

[...] O multiculturalismo costuma-se se referir às intensas mudanças demográficas e culturais que têm ‘conturbado’ as sociedades contemporâneas. Por conta da complexa diversidade cultural que marca o mundo de hoje, há significativos efeitos (positivos e negativos), que se evidenciam em todos os espaços sociais, decorrentes de diferenças relativas a raça, etnia, gênero, sexualidade, cultura, religião, classe social, idade, necessidade especiais ou outras dinâmicas sociais. (MOREIRA, 2008, p.7).

A mistura de práticas, ações, hábitos e crenças são tidos como o próprio multiculturalismo. Portanto, o sincretismo cultural enfrenta duas grandes dificuldades, que por sua vez não permitem a emancipação dos indivíduos culturalmente: o preconceito e a homogeneização.

As relações de poder na sociedade acabam ditando regras, normas e estabelecem padrões a serem seguidos, inibindo as transgressões, colocando à margem mulheres, negros, índios, homossexuais, pobres, praticantes das religiões de terreiro, espíritas entre outros. No entanto, Candau (2008, p. 31). Afirmar que, “a discriminação e o racismo assumem diversas manifestações”. A interação entre os diferentes está muitas vezes marcada por situações de conflitos, de negação e exclusão, que podem chegar a diversas formas de violência||.

Outra grande dificuldade enfrentada pelo sincretismo cultural é a homogeneização, ou seja, a supremacia, influência preponderante exercida por cidade, povo, país etc. sobre outros. De acordo com a mesma autora

[..] esta posição defende que o projeto de afirmar uma cultura comum”, a cultura hegemônica, e, em nome dele, deslegitima dialetos, saberes, línguas, crenças, valores diferentes’, pertencentes aos grupos subordinados, considerados inferiores, explícita ou implicitamente||. (CANDAU, 2008, p. 21).

Contudo, estas situações em análise encontram-se presente também nas redes sociais. Mesmo neste ambiente virtualizado, a discriminação e o repúdio ao diferente, estão presentes e são responsáveis pelas mesmas frustrações que as interações não virtuais. Nosso intuito, nesta investigação não se restringe a esta realidade.

Os seres humanos estão a todo instante expondo-se às tecnologias, querendo adquirir outra versão lançada recentemente, parafraseando Perissé (2008, p. 113), —aos indivíduos compreendem os aparatos tecnológicos como extensão de seus corpos. Isto contribui com o multiculturalismo, mesmo não sendo característica destes tempos modernos, é neste momento que encontra maior propagação. Portanto, o preconceito e a homogeneização devem compreender-se à margem desses processos culturais, a fim de que todos vivam sua liberdade na escolha de suas concepções socioculturais.

A liberdade é a capacidade para darmos um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova, criada por nossa ação. Essa força transformadora, que torna real o que era somente possível e que se achava apenas latente como possibilidade, é o que faz surgir uma obra de arte, uma obra de pensamento, uma ação heroica, um movimento antirracista, uma luta contra a discriminação sexual ou de classe social, uma resistência à tirania e a vitória contra ela. (CHAUI, 2000, p. 470).

A valorização da liberdade neste processo de escolha de suas raízes culturais é necessária. Há vista, o pluralismo construído nesta modernidade. O prejulgamento e a homogeneização necessitam de explanação e discussões, afim de que se possam gerar indivíduos capazes de renunciar a tais práticas discriminatórias. Desse modo, no próximo item analisaremos o indivíduo, imerso neste contexto que apresentamos, na perspectiva do trabalho.

2.1.REFLEXÕES SOBRE A TENDÊNCIA DO TRABALHO HUMANO NO ÂMBITO DA CONTEMPORANEIDADE

Na contemporaneidade a sociedade presencia fortes transformações, dentre elas o aumento significativo no número de desempregados em escala mundial, tendo como uma de suas principais causas a busca desenfreada pela produção de mercadorias que culminou com um processo de destruição em massa da natureza e da força de trabalho humano, gerando uma sociedade e excluídos e precarizados. Houve uma flexibilização do capital e dos processos produtivo, culminando com o surgimento de uma forma de estruturação, essa flexibilização é caracterizada pela colocação de mercadorias em diversos mercados ao redor do mundo por meio das transnacionais, dessa forma o processo produtivo é conduzido pela demanda tendo como foco o cliente individualmente.

O processo de trabalho passou a ser desempenhado seguindo uma sequência, tendo início, meio e fim. Os sujeitos passaram a desenvolver diversas funções, tornando-se multifuncionais (Antunes, 1998). Dessa forma, foi possível que houvesse a descentralização do trabalho na figura de uma única pessoa, com isso atribuindo mais responsabilidades e exigindo maior empenho no desempenho das funções para que possa se alcançar os resultados esperados, além de provocar a redução do número de pessoas nas equipes, e assim acaba ocasionando a sobrecarga de trabalho nos funcionários sendo necessário a realização de hora-extra.

Com todas essas modificações que ocorreram no âmbito da produção de mercadorias com a flexibilização do capital, o perfil dos funcionários também mudaram, as exigências ficaram bem maiores, foi necessário uma readequação aos padrões que o mercado impunham sendo necessário maior qualificação para corresponder às expectativas, cobrava-se maior capacitação tecnológica, postura maleável, ágil, e principalmente, aberta as mudanças.

Neste novo momento o trabalho pode ser realizado pelos sujeitos ainda no contexto de suas residências, em outras palavras, o trabalho na contemporaneidade está invadindo a vida pessoal de lazer dos profissionais. Contudo, não pretendemos atribuir juízo moral a esta situação, mas expor características e tendências do trabalho atualmente.

Um exemplo dessa nova configuração do trabalho, dentre várias, podemos citar a educação na modalidade a distância – EaD. Onde os professores (Trabalhadores) muitas vezes em suas residências utilizando a internet expõem as atividades na rede e os alunos em diferentes contextos sociais acessam.

Em virtude do que foi exposto a respeito do mercado de trabalho na contemporaneidade, investigaremos na próxima sessão. Ainda neste âmbito, a questão educacional, na perspectiva dos alunos da EaD. Sendo estes indagados a respeito da modernidade, como estratégia para ampliar o multiculturalismo. Partindo deste pressuposto, desvelaremos uma nova concepção a respeito da ruptura de estigmas, sobretudo da questão das classes e categorias enquanto minorias sociais.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Levando em consideração as reflexões anteriores, é indispensável reconhecer a educação formal, como elemento chave neste processo de construção da identidade e de cidadania. Uma vez que é significativa e complexa os laços afetivos, entre os processos de mudança cultural, presentes em toda população atualmente.

Sendo assim, foi efetivada uma pesquisa de campo (qualitativa), com os alunos matriculados na modalidade de Educação a Distância – EaD. A plataforma é pertinente a Universidade Federal do Piauí – UFPI, em Buriti dos Lopes. O intuito desta modalidade é despertar no discente a autonomia, criticidade, protagonismo, reflexão e profissionalismo.

A plataforma a distância foi escolhida para ser objeto desta investigação devido a ter os elementos constitutivos para desencadear debates, críticas, reflexões e contradições no contexto do ato de ensinar e aprender. Levando em consideração os avanços tecnológicos na sociedade pós-moderna.

Os dados coletados nesta pesquisa são resultados de um questionário apresentado aos educandos do curso de sistema de informação, devidamente matriculados na instituição mencionada na plataforma EaD. Deste modo, foram selecionados 07 discentes para participar

como colaborador da pesquisa qualitativa, o motivo desta escolha deu – se devido ao perfil do estudo, selecionamos os que conseguiram de maneira clara sistematizar suas concepções a respeito das questões pesquisadas. Distribui-se um questionário contendo 05 perguntas, mais selecionamos somente três onde acreditamos serem relevantes para a discussão. Assim, os educandos mencionados nesta coleta serão tratados por **E1, E2, E3 E4, E5, E6 e E7**; tudo isso com o intuito de preservar suas identidades. Ao analisarmos os comentários dos discentes pretendemos verificar dentre os pesquisados suas concepções a respeito do desenvolvimento tecnológico e como isto tem modificado a identidade sociocultural da sociedade contemporânea.

I.Os usuários as serem questionados sobre o conceito de modernidade, apresentaram as seguintes respostas:

E1. Pode ser vista como sendo o aumento de aparatos tecnológicos dispostos pelo mercado, assim podemos citar celulares, computadores, entre outros.

E2. É se sentir moderno, é conhecer um mundo novo, novas formas de pensar. Desse modo, o indivíduo deve estar sempre pronto a evoluir com a tecnologia.

E3. É tudo que está ligado à tecnologia e serve para poder nos atualizar das informações, para proporcionar um bem estar às pessoas.

E4. Trata-se da quantidade de informação disponível ao indivíduo.

E5. Está relacionada às novas coisas, às novas tecnologias.

E6. É a evolução tecnológica e científica da sociedade.

E7. É aquilo que vem mudando, que vem melhorando, sobretudo a interação na sociedade.

Os educandos **E1, E3, E4, E5** reconhecem que a modernidade caracteriza-se apenas pelos dispositivos tecnológicos e as facilidades que isto dispõe e que a raça humana não caminha na mesma proporção.

E2, E6 e E7 compreende a modernidade como sendo o pressuposto do multiculturalismo e coloca o homem como um ser em construção onde constrói e reconstrói o conhecimento e seus saberes oriundos da educação e tecnologia.

Levando em consideração as concepções a respeito do que vem a ser modernidade, Stuart Hall (2006, p. 6), argumenta que o nascimento do indivíduo, ocorre entre o renascimento no século XVI e o Iluminismo no século XVII. Assim, se percebe que estes fatos foram o estopim da modernidade e que não necessariamente o avanço tecnológico.

Quais os avanços e retrocessos na sociedade pós-moderna levando em consideração a educação e tecnologia? Após a indagação eles responderam:

E1. Por um lado é bom porque quando queremos pesquisar algo basta fazer uma simples consulta em celular, tablet ou computador. Por outro lado, é possível perceber a exploração por parte do capitalismo, pois a todo instante está surgindo algo mais moderno.

E2. Avanço consiste em reconhecer que com apenas um click o indivíduo já está conectado com várias culturas. No entanto, a substituição do contato físico para relacionamentos informatizados caracteriza-se como desvantagem.

E3. A principal vantagem é proporcionar uma vida melhor para as pessoas. E o retrocesso as pessoas ficam muito ligadas nesse avanço que a modernidade nos proporciona, que se esquece de viverem.

E4. Avanço: está relacionado às facilidades que os meios tecnológicos disponibilizam.

E o retrocesso materializa-se a partir de quando o indivíduo não se atualiza com o que é proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico.

E5. A vantagem institui na própria informática e o retrocesso, a civilização humana não caminha na mesma proporção.

E6. Avanço: Redução do tempo, agilidade na comunicação entre as pessoas o retrocesso: a fragilidade das relações entre as pessoas.

E7. Avanço: a tecnologia e a comunicação como ferramentas indispensáveis desta modernidade.

Retrocesso: as condições de convivência entre as pessoas.

Fica evidente que os alunos **E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7** concordam com os avanços tecnológicos e concomitantemente criticam este desenvolvimento ao analisarem as condições supérfluas e frágeis desta sociedade pós-moderna. Falam a respeito do benefício proporcionado pela dialética entre o homem coma a tecnologia e destacam os retrocessos. Assim, para sustentar está discursão, no âmbito educacional.

[...] É possível, e desejável, proibir o uso do celular em sala de aula? Alega-se que o objetivo da proibição é manter a atenção dos alunos fixa nas palavras do professor, como se a atenção tivesse existido antes do telefone celular. Ou antes, das histórias em quadrinhos. Ou antes, do telégrafo. Ou antes, da imprensa. Afirma-se também que o celular é usado para —colar||... Como se este terrível crime fosse pecado recente. Compreendemos as transformações culturais. Jovens e crianças que crescem junto com as novas tecnologias encaram o telefone celular como extensão de seus corpos. Mas do que objeto é —lugar|| de encontro com amigos e o entorno. Pelo celular conversam, namoram, com ele fotografam, nele escutam suas músicas preferidas, assistem aos programas de TV, consultam os compromissos da semana, as horas... O celular-companheiro... De nada adiantará ao sistema educativo restringi-lo ou proibi-lo. Quanto mais proibição... mas desobediência. Perda de tempo tentar exorcizar o demônio errado. Será mais proveitosa a criação de projetos que providenciem a inclusão digital de todos, particularmente a dos professores. Há professores que ainda não possuem internet em suas casas. Há professores que ainda não têm um endereço eletrônico! (PERISSÉ, 2008, p. 113).

A educação emancipatória, configura-se partir de quando o educador agrega asua metodologia de ensino a realidade social do educando, se portanto, a tecnologia faz parte da contemporaneidade, a base metódica da prática docente deve levar em consideração alguns mecanismos apresentados pela tecnologia como ferramenta relevante no processo de ensino e aprendizagem dos discentes, com a

finalidade de tornarem-se construtores de uma sociedade mais justa, fraterna e comprometida com os marginalizados e excluídos socialmente pelas relações de poder.

II. Qual a influência da modernidade na vida dos indivíduos?

E1: A reprodução exacerbada da competitividade provocada pelo capitalismo

E2: O indivíduo está construindo seu caráter a partir da mistura de sua cultura com outras, que por sua vez, há esta troca devido a evolução dos dispositivos eletrônicos.

E3. O indivíduo se torna um prisioneiro dele mesmo, trancado na modernidade. Isto influi bastante porque o sujeito trata a modernidade como um vício, pois ela pode proporcionar o contato com pessoas de todo lugar do mundo sem sair de sua própria casa.

E4. Está criando pessoas inseguras, frívolas, pois nas redes sociais não se sabe ao certo com quem está se falando.

E5. A principal influência é percebida através das múltiplas fontes que disponibilizam informação, ou seja, a vasta gama de conhecimento disponível.

E6. Os indivíduos estão se identificando com várias coisas de outras regiões e por sua vez imita.

E7. As pessoas estão se atualizando com mais frequência, graças a ampliação dos mecanismos tecnológicos.

Os alunos **E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7**, sistematizam suas concepções e propõem uma reflexão acerca de vários condicionantes da sociedade atual. Contudo, elencam uma

preocupação com o desenvolvimento da T.I. (Tecnologia da Informação), no entanto reconhecem que com o uso consciente destes aparatos sem via de dúvidas é possível acessar as vantagens permeadas pelo multiculturalismo. Para Valente (1999, p. 17-18), [...] A promoção dessas mudanças... não depende simplesmente da instalação dos computadores[...] É necessário repensar a questão da dimensão do espaço e do tempo

Diante da dinâmica social da contemporaneidade, ela deve manter seu principal objetivo que é despertar a criticidade dos discentes, reforçando suas identidades e o respeito por qualquer forma de discriminação e não simplesmente ampliar seus mecanismos de tecnologia, sem esta consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Escrever sobre o assunto em evidência é elemento principal para a concretização do multiculturalismo, levando em consideração a cultura de paz e de justiça social, buscou-se neste artigo relacionar alguns conceitos norteadores que contribuem para a prática educativa bem como a cultura de paz, levando em consideração o diálogo entre diferentes etnias no mais diversos ambientes, neste caso no campo da educação, tecnologia, trabalho, cultura, como possibilidade de construção da cidadania.

Neste texto utilizamos as estratégias no percurso metodológico bibliográfico e pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa. Sendo extremamente necessário para uma análise mais complexa é assim podemos refletir de maneira coesa nossos objetivos que foram: O objetivo geral é: Pesquisar a influência da tecnologia no comportamento do homem na contemporaneidade. E os específicos são: Reconhecer a contribuição da tecnologia como estratégia de formação da identidade dos seres humanos na pós-modernidade; Compreender a postura da humanidade diante da evolução tecnológica no contexto do trabalho e da cultura na atualidade; Refletir sobre o sincretismo étnico na modernidade.

Em virtude do que foi exposto, ficou evidente que os indivíduos estão tornando-se protagonistas de uma identidade construída de múltiplos hábitos pertencentes a várias etnias proporcionando uma fragilidade nos laços de afeto entre os sujeitos. No entanto descrito como característica da pós-modernidade. Não como problemática.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ed. Ática, 2000. GATES, Bill. A estrada do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOMES, Nécio Pereira. Antropologia: ciência do homem filosofia da cultura. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na pós-Modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006

PAPERT, S. Logo: computadores e educação. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERISSÉ, Gabriel. Introdução à filosofia da educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

VALENTE, José Armando (org). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

Capítulo 4



10.37423/230607911

A ANÁLISE ICONOGRÁFICA NO COMBATE AO COLONIALISMO NA EDUCAÇÃO: O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA EM QUESTÃO

Suely dos Santos Souza

Universidade Estadual de Feira de Santana

Glaucia Maria Costa Trinchão

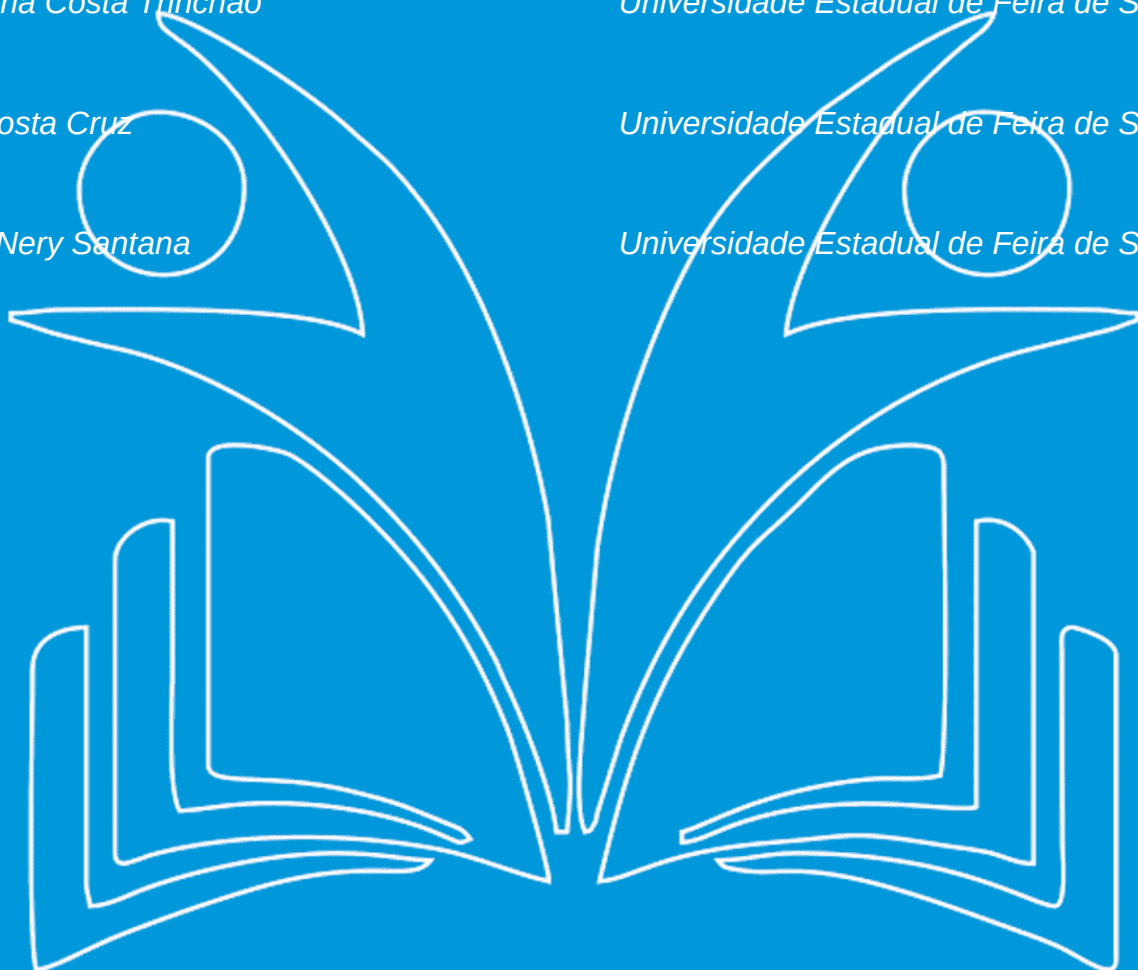
Universidade Estadual de Feira de Santana

Aldrin da Costa Cruz

Universidade Estadual de Feira de Santana

Jorge Luis Nery Santana

Universidade Estadual de Feira de Santana



Resumo: O presente capítulo tem a intenção de discutir a presença da colonialidade em livros didáticos, especialmente o de História, problematizando a utilização de imagens, obras de arte produzidas no séc. XIX, como textos imagéticos em apoio ao texto verbal, que, sem maiores reflexões, podem contribuir para a disseminação do racismo, principal estratégia da colonialidade para dominar sujeitos e grupos não brancos, historicamente expropriados de seus direitos, sua cultura e sua dignidade. O objetivo é, a partir do conhecimento do Desenho aliado à Educação e sob a perspectiva de autores decoloniais, Quijano (2002; 2005), Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2017) e Dussel (1993), analisar a aquarela Navio Negreiro, de Johan Muritz Rugendas, presente em livros de História, indicados pelo PNLD. Utilizamos o método iconográfico de Panofsky (1955), que alia a iconografia à iconologia para investigar a maneira como a imagem foi composta, associado a técnica de percepção visual no campo do Desenho. Assim, com o auxílio de autores como Arnheim (2007), Burke (2009), Silva (2004), Souza (2016), Schwarcz (2015), dentre outros, analisamos e interpretamos tanto as técnicas utilizadas na composição das imagens, como identificamos os preceitos e ideologias que inspiraram essas composições, no entendimento de que toda imagem é pensada para corporificar uma ideia. Concluimos que imagens podem ser produzidas conscientemente para compor um ideário preconceituoso e racista e impregnar materiais como o Livro Didático de História e que a aquarela produzida por Rugendas tem essa característica. Nessa perspectiva, defendemos a importância de um trabalho crítico sobre essas obras, inseridas no livro didático que, se não forem criteriosamente trabalhadas podem disseminar o racismo e o preconceito e moldar concepções sobre os sujeitos negros, africanos e afro-brasileiros, contribuindo, dessa forma, com os propósitos da colonialidade.

Palavras-chave: Colonialidade. Análise de imagens. Livro didático. Educação antirracista.

INTRODUÇÃO

A temática racial está cada vez mais sendo discutida não somente no âmbito acadêmico, mas tem se expandido a outros espaços, principalmente devido a visibilidade nas mídias e aos recentes acontecimentos que ganharam repercussão mundial, como a campanha *Black lives matter*, "Vidas negras importam", desencadeada pela morte de George Floyd, nos EUA. No Brasil, as mortes do menino Miguel, que caiu do nono andar de um prédio, estando sob os cuidados da patroa de sua mãe, e de João Alberto Siqueira, espancado até a morte por seguranças de um supermercado, ganharam ampla repercussão e mais uma vez evidenciaram o racismo impregnado na consciência da sociedade brasileira.

Sabemos que tais situações foram vistas em um momento em que as mídias estão exercendo papel importante em reverberar as injustiças e desnudar as desigualdades existentes, no entanto, a história nos mostra que desde sempre as condições de sobrevivência no Brasil foram extremamente injustas e a desigualdade impera estruturada no racismo, como herança da colonialidade, tendo como principais instrumentos o preconceito e a discriminação raciais, direcionados à população negra mas que afeta a todos e impede a sociedade de se desenvolver equilibradamente. Posturas objetivas e subjetivas de um mundo construído a partir da visão do homem branco colonizador impedem que determinados grupos ocupem todos os espaços democráticos a que têm direito enquanto cidadãos, mas são excluídos em uma sociedade hierárquica estruturada na colonialidade.

Embora precisemos reconhecer que ainda temos um longo percurso a ser percorrido para a efetivação de espaços de debates e construções, que se concretizem em ações significativas que atendam a demanda de garantia de direitos para a população negra brasileira.

No que concerne as pesquisas realizadas sobre a temática, podemos sinalizar a existência de várias abordagens que se dinamizam em temas que procuram contemplar as várias perspectivas em que o racismo se traveste e alcança os círculos e relações. Isso na perspectiva de Fanon (1980) indica que o racismo não se esclerosa, mas se renova, se matiza, muda de fisionomia e toma a forma do conjunto cultural que o acolhe. Tais perspectivas de abordagens nos dá a oportunidade de propor novos estudos e problematizações que nos inquietam a pensar as muitas formas possíveis de combate a essa ideologia tão nociva à sociedade.

Nessa perspectiva analisamos, mediante os saberes produzidos na área do Desenho, aliados à Educação e aos estudos decoloniais, a composição de produções artísticas imagéticas que foram

criadas no século XIX e que são frequentemente utilizadas no contexto educacional, principalmente em materiais institucionalizados, como os livros didáticos. São obras de arte produzidas por desenhistas e historiadores gráficos que vieram ao Brasil em missões científicas ou artísticas para investigar o novo mundo, como exemplo a produção de Jean Baptiste Debret na Missão Francesa e Johan Muritz Rugendas na expedição Langsdorff. Estas produções se tornam em texto imagético no momento em que são inseridos em um material educacional, compondo, junto ao texto verbal, o conteúdo ensinado.

O texto imagético possui informações, sentidos, subjetividades, não possui uma única forma de manifestação e nem interpretação, mas permite múltiplas formas de tocar os sentidos, sentimentos e percepções de quem o observa (SOUZA, 2016). É relevante, então, pensar quais preceitos, conceitos e ideários as imagens usadas como texto imagético, em apoio ao texto verbal transmitem e ajudam a construir no contexto educacional. Esta é uma problemática importante no que diz respeito à educação de crianças nas escolas públicas, futuros cidadãos da sociedade brasileira.

Nessa compreensão esse estudo se justifica por analisar sob a perspectiva decolonial a construção dessas obras de arte e problematizar o uso das mesmas sem uma prática reflexiva e um criterioso exercício de análise crítica, contextualização e desconstrução da parte do/a professor/a, na medida em que os livros didáticos nem sempre proporcionam tais tensionamentos em suas apresentações e recomendações. O objetivo é, então, trazer uma análise crítica sob a perspectiva iconográfica de análise de imagens, aplicada a uma das aquarelas do artista e pesquisador alemão Johan Muritz Rugendas intitulada *Nègres a fond de calles*, produzida em 1827. O estudo foi realizado segundo o método Iconográfico criado por Panofsky (2002), associado aos estudos decoloniais de autores como Quijano, (2002; 2005), Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2017), Dussel (1993), dentre outros. A imagem investigada pode ser encontrada nos livros didáticos *História Bahia* (SILVA; CHIANCA, 2010) e *Ápis História* (CHARTIER; SIMIELLI, 2017) cuja composição foi concebida eivada de racismo e preconceito racial, sendo necessário um cuidadoso trabalho do professor, na medida em que os livros didáticos nem sempre demonstram preocupação em desconstruí-las, questioná-las e problematizá-las em suas orientações.

A DECOLONIALIDADE E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O racismo sempre foi uma das principais causas das desigualdades e violações de direitos na sociedade brasileira e os altos índices de violência são a face mais brutal dessa realidade. A educação se configura

como uma das mais importantes e potentes estratégias de combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial em todas as suas multiformes manifestações.

Através de uma prática educacional antirracista e decolonial pode-se desenvolver um pensamento comprometido com o ser humano de maneira integral com vistas à valorização da diversidade, enquanto característica fundamentalmente respeitada, e ao combate ao ideário de hierarquia entre os grupos humanos. E para pensarmos a educação antirracista, é preciso entendermos os preceitos da colonialidade que se inserem em todas as instâncias da existência social desde a constituição das sociedades dominadas no processo colonial.

Para entender a colonialidade precisamos compreendê-la como derivada, mas ao mesmo tempo distinta do colonialismo em sua existência e estrutura. Podemos descrever o colonialismo historicamente enquanto estratégia política imperialista de dominação européia e controle político, cultural e religioso sobre as terras chamadas de colônias e sobre os povos originários ali existentes. Segundo Dussel (1993), esse momento demarcou o início da modernidade em que a Europa se constituiu como centro do mundo e da história, criando o mito da europeidade e instituiu os territórios invadidos como sua periferia e os povos que ali habitavam como o "outro" que deveria ser conquistado, colonizado, modernizado e civilizado pelos europeus que se colocavam como missionários da civilização em todo o mundo. Para esse autor "a primeira experiência moderna foi a superioridade quase divina do Eu europeu sobre o Outro primitivo, rústico e inferior. Um Eu violento-militar que cobiça, que deseja riqueza, poder, glória" (DUSSEL, 1993, p. 47).

Dessas prerrogativas, entendemos a colonialidade como uma herança arraigada, derivativa do colonialismo em todos os aspectos, mas principalmente nas subjetividades com que suas garras aprisionaram as estruturas e continuam aprisionando o mundo, ora conquistado, hoje independente, o que se torna mais perigosamente eficaz na medida em que seus preceitos constituem as consciências, as organizações e as constituições gerais das sociedades dominadas por ela. É concebida por Quijano (2002, p. 01) "como a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foi imposta sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu". Assim, a colonialidade transcende, ao mesmo tempo que perpassa, todas as propriedades materiais do colonialismo histórico mas, ao contrário dele, ela não desaparece com o fim do regime político e com a independência das terras conquistadas.

Dessa forma, existe continuidade, ininterrupção e perpetuidade daquela forma de ver o mundo que se expandiu e se assentou nos territórios conquistados e no mundo, mesmo com o fim das estruturas

de subordinações políticas, isto porque "no padrão mundial de poder, a colonialidade impregna todas e cada uma das áreas de existência social e constitui a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, sendo, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder" (QUIJANO, 2002, p. 01). E assim, segundo esse autor, a colonialidade compõe e dá forma ao sistema-mundo capitalista moderno.

Como maneira de legitimar as relações de dominação na conquista do mundo "não europeu", a ideia de raça foi construída enquanto estratégia estrutural, como uma classificação social básica e universal de sustento a esse novo padrão de poder colonial eurocentrado. Estratégia essa que se alicerçou e ganhou forças com as teorias raciais do século XIX, fundamentando seu entendimento de mundo em uma visão hierarquizada entre grupos humanos. No topo dessa hierarquia naturalmente foi entronizado o homem branco europeu hegemônico como o senhor civilizador e divinamente enviado para restaurar o equilíbrio social mundial, enquanto os grupos dominados, naturalmente inferiores e subdesenvolvidos são classificados como inferiores e subalternizados social, política, religiosa e economicamente, a exemplo dos povos da América-latina, África e Ásia.

Para Quijano (2005) a ideia de raça é conceito central, principalmente no que tange a formação dessas estruturas de poder, sendo que o conceito de raça foi pensado exatamente para dar forma à elas. Dessa maneira, a classificação racial se torna elemento constitutivo desse padrão mundial de poder, o entendimento de raça se torna eixo fundamental e a classificação social da população mundial elemento *sine qua non* para a perpetuação das estruturas, com alcance a vários planos, meios e dimensões materiais e subjetivas na escala social.

A construção de hierarquias sociais e os modos de apropriação das riquezas, dos corpos e das subjetividades de pessoas é marcada por relações assimétricas entre economias mundiais na divisão internacional do trabalho, estando as antigas hierarquias, que antagonizam grupos na relação europeu e não europeu, ainda hoje arraigadas nas divisões políticas, econômicas e sociais. E a colonialidade do poder, do ser e do saber (MALDONADO-TORRES, 2007) se relacionam com a epistemologia e suas formas de reprodução de poder, de subjugação de pessoas e regimes de pensamentos, bem como na legitimação do conhecimento a ser transmitido em todas as instâncias educacionais, principalmente em suas formas institucionalizadas.

Nesse aspecto, de acordo com o ponto de vista de Mignolo, autor que compõe junto aos autores já citados o grupo modernidade/colonialidade¹, e corroborando com os mesmos, "existem nós histórico-

culturais e cada um deles é uma instância universal, sendo os mesmos articulados através da diferença colonial e imperial" (2007, p. 10).

1 Grupo de intelectuais latino-americanos que no final dos anos de 1990 reivindicaria a tese de que a modernidade europeia é fruto da ação colonizadora dos povos europeus sobre as Américas. Além dessas análises, criticava o conceito marxista de classe evidenciando que o mesmo não seria satisfatório para “explicar” os fenômenos da desigualdade social presente nos países latino-americanos pois lhe faltaria a experiência colonial forjada no conceito de raça.

Tais nós se personificam em hierarquias, e dentre estes podemos citar, além da formação racial/social global, a hierarquia gênero/sexo global, a hierarquia espiritual/religiosa, as hierarquias epistêmicas e linguísticas e a hierarquia estética, presente na arte, na literatura e, dentre outros, em reproduções de pinturas. Cada uma dessas hierarquias possibilita uma extensa discussão, no entanto, aqui neste trabalho, o objetivo é pensar o racismo na construção de imagens utilizadas no contexto educacional, e desse modo, nos deteremos na hierarquia presente na arte, pois a mesma "administra os sentidos e molda as sensibilidades ao estabelecer as normas do belo, do sublime, do que é arte e do que não é, do que será incluído e do que será excluído, do que será premiado e do que será ignorado" (MIGNOLO, 2007, p. 11).

Nessa perspectiva, a educação brasileira não pode se furtar a discussão da Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER em todos os contextos, ações e instrumentos, de maneira a promover a decolonialidade dos espaços educacionais, e construir relações interpessoais respeitáveis e igualitárias. É fato que o silêncio sobre as inúmeras formas de personificação do racismo contribui para que a colonialidade continue definindo os rumos e as relações, sendo as diferenças fenotípicas entendidas enquanto desigualdades hierárquicas naturais. Torna-se pungente, assim, que suas muitas formas de se manifestar sejam desmascaradas e combatidas.

E é nesse entendimento, que tomamos aqui, como objeto de discussão, o racismo presente em imagens, destacando a produção de Rugendas, que se tornam textos imagéticos junto ao texto verbal em materiais pedagógicos, como os livros didáticos já citados, por exemplo. Enfatizamos a importância de pensar o poder dessa linguagem no cotidiano para a reprodução de preconceitos raciais e concepções eurocêntricas hegemônicas de mundo e a urgência de se trabalhar a diversidade humana sem preconceito, e acima de tudo com respeito e consideração.

A ANÁLISE ICONOGRÁFICA COMO AUXÍLIO A DECOLONIALIDADE NA EDUCAÇÃO

Quando o assunto é arte, o simples ato da observação não dá conta de entender todas as particularidades, detalhes e intenções que permeiam uma composição artística e nem para o entendimento do que as mesmas intentam expressar, transmitir e construir de conceitos e valores. Assim torna-se necessária uma análise cuidadosa, em se tratando de desenhos e pinturas, com base no entendimento de análise de imagens construído nas áreas específicas de conhecimento.

A iconografia tem sido fonte de estudo de muitos pesquisadores e enquanto área de pesquisa se encarrega de descrever, classificar e analisar as mais variadas imagens. Neste estudo nos preocupamos em analisar aquelas que são largamente utilizadas em algum momento como ferramenta pedagógica. Aliada à iconologia, a iconografia se complementa na investigação dos valores simbólicos e ideológicos contidos numa obra de arte, ou seja, interpreta uma obra a partir de seu contexto cultural e histórico. Tendo então em vista, o tratamento específico que a análise de imagens requer, nos apropriamos dos estudos do pesquisador Erwin Panofsky (1892-1968), autor conhecido pelo método sintético de análise de imagens que trabalha com os dois termos iconografia e iconologia de maneira aliada e ao mesmo tempo distinta (BURKE, 2004).

Para entendimento do método utilizado por Panofsky (1955), sinalizamos os níveis básicos que norteiam uma investigação de imagem, segundo esse pesquisador, níveis que abordam a experiência prática, simbólica e ideológica que uma imagem pode abarcar. Assim, no método iconográfico de análise de imagem, o autor distingue tais níveis no seu tema ou significado, remetendo-nos a três abordagens.

A primeira etapa, chamada pelo autor de descrição pré-iconográfica de uma obra de arte, implica em uma leitura simples do que se pode ver na obra, levando em consideração o senso comum e a experiência prática de cada observador, ou seja, aquilo que conseguimos reconhecer em nossa experiência visual. A segunda etapa, análise iconográfica, já abrange uma análise mais cuidadosa, buscando motivos, ideias, relações, uma ação que requer mais domínio de conceitos e assuntos específicos do campo da História da Arte e do Desenho. Nessa etapa, são realizadas relações acerca do que os detalhes representam e o que os mesmos simbolizam. A terceira etapa, interpretação iconológica, então, aprofunda-se mais, buscando chegar aos valores ideológicos, simbólicos, aos motivos intrínsecos, o "algo a mais", relacionando a obra e seus componentes e as intenções dos sujeitos que a produzem, ou encomendam.

Para Panofsky "(...) a descoberta e interpretação desses valores "simbólicos" (que muitas vezes, são desconhecidos pelo próprio artista e podem, até, diferir enfaticamente do que ele conscientemente tentou expressar) é o objeto do que se poderia designar por iconologia em oposição a iconografia" (1955, p. 53).

Na intenção de explicar melhor a função da iconografia e para clarear acerca da necessidade da iconologia para que uma análise mais aprofundada e satisfatória seja realizada, o autor esclarece que a iconografia auxilia no estabelecimento de datas, origens e até autenticidade, e é imprescindível para quaisquer interpretações ulteriores de uma obra. No entanto, ela não se propõe solitariamente a tarefa da interpretação, mas faz sua parte em coletar e classificar evidências ao mesmo tempo em que não se considera capacitada a investigar a gênese e significação das mesmas. Dessa forma, ela constitui apenas uma parte dos elementos que compõem o conteúdo intrínseco que precisa ser esclarecido para que a comunicação do conteúdo seja articulada e comunicável. (PANOFSKY, 1955).

Assim, a iconografia se limita aos elementos visíveis e comparáveis, sendo útil para que a análise da obra possa acontecer, no entanto, não se propõe a adentrar aos valores, concepções, preceitos, crenças e ideologias. O que, então, fica relegado à responsabilidade da iconologia que precisa dos elementos fornecidos por aquela para que possa realmente chegar a interpretações satisfatórias.

Tendo isso em vista, na intenção de proceder à análise, torna-se necessário conhecer o que faz parte dos contextos culturais. É importante também levar em consideração que a imagem não capta todas as particularidades da época expressada e dos indivíduos envolvidos. Sobre isso Eduardo Paiva fala sobre a necessidade de ir além do que é visível, buscar os códigos, as lacunas e os silêncios que precisam se decifrados e compreendidos. E nesse entendimento "a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente" (2006, p. 19).

Para entendermos uma imagem, principalmente aquelas que retratam contextos sociais, é preciso compreender que as fontes carregam em si temporalidades distintas e que são lidas de maneira diversa a depender do observador, sendo a leitura influenciada por valores, gostos, entendimento de mundo de quem a produziu ao mesmo tempo daqueles que a observam, e nesse sentido são construídas e reconstruídas em cada época. Nesse aspecto, "tudo vai depender da recepção que eles [códigos, símbolos e representações] terão em cada época, no seio de cada grupo social e, também, das variadas maneiras pelas quais serão apropriadas historicamente". (PAIVA, 2006, p. 26, grifo nosso).

Dados esses esclarecimentos, o percurso metodológico se deu a partir desse diálogo iconografia-iconologia, sob a perspectiva decolonial de entendimento da historicidade, influências e designações do poder hierárquico hegemônico que construiu uma visão de sociedade e de sujeitos e que impregnou tal visão, marcada por conceitos e valores discriminatórios e opressores em obras de arte datadas do século XIX. Obras essas largamente inseridas em materiais didáticos. Nos limitamos aqui a análise de uma imagem, que foi selecionada dentre as muitas produzidas com a finalidade de documentar o período da escravidão, a obra *Nègres a fond de calles*, de Johan Muritz Rugendas, 1827.

ANÁLISE DE IMAGEM NO LIVRO DE HISTÓRIA, SOB A PERSPECTIVA DECOLONIAL

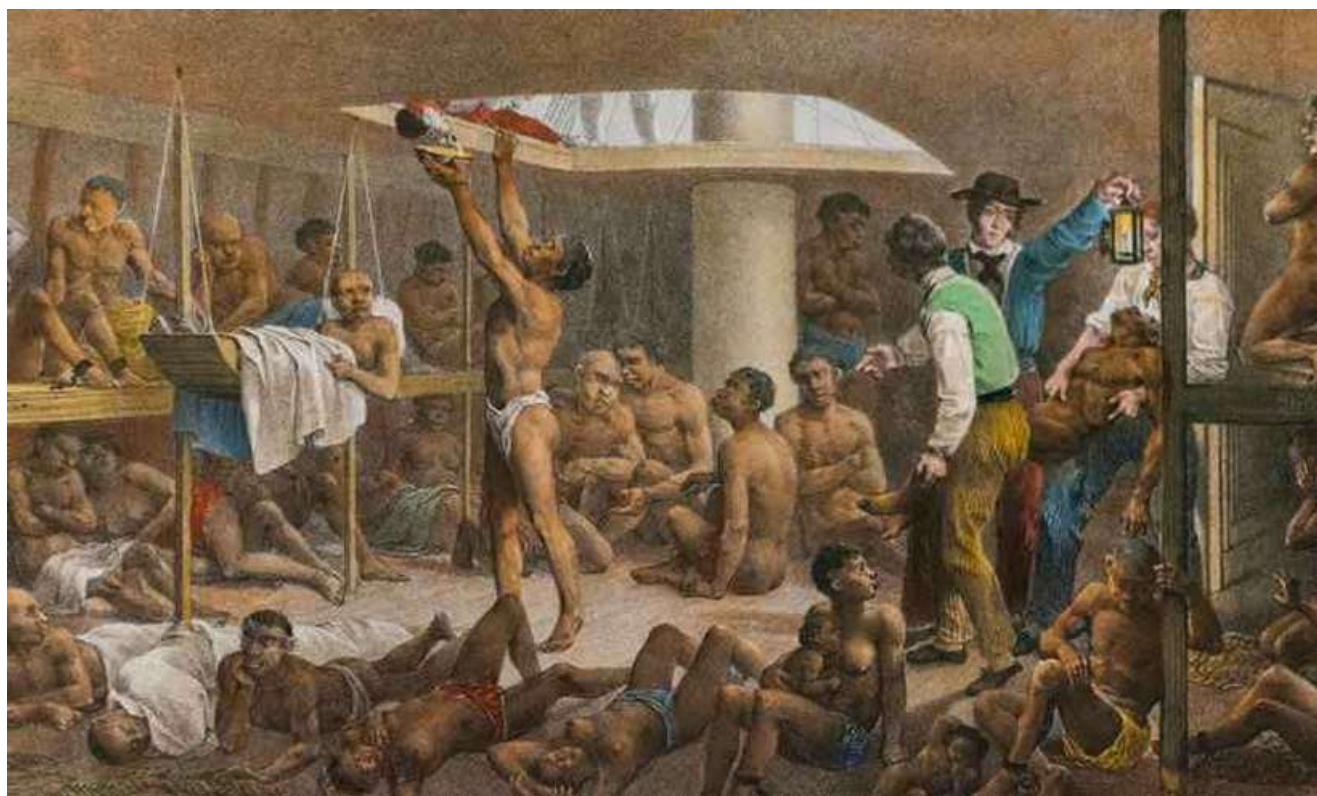
A imagem apresentada abaixo, cujo título traduzido no Brasil aparece como Navio Negreiro, está presente recorrentemente nos livros didáticos, produzidos e indicados por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para serem utilizados nas escolas públicas. Como exemplo, citamos aqui dois livros da Editora Ática: *História, Bahia, 5º ano* (SILVA, 2010, p. 68), indicado no Guia do Livro

Didático, triênio 2010-2012, e *Ápis História, 4º ano* (CHARLIER; SIMIELLI, 2017, p. 57) indicado no Guia do Livro didático, triênio 2019-2022. Esta imagem é também inserida em vários outros livros de outras coleções, tanto desta, quanto de outras editoras.

Foi produzida pelo artista e pesquisador alemão Johan Muritz Rugendas (1802-1858), que estudou na Academia das Belas Artes de Munique e veio para o Brasil na expedição Langsdorff, do cônsul da Rússia Grigory Ivanovitch Langsdorff (1774-1852), com objetivo de documentar o continente americano. Rugendas produziu um vasto material iconográfico, composto por diferentes obras como desenhos, aquarelas e pinturas a óleo, o conjunto gráfico e pictórico de Johann Moritz Rugendas representa um dos materiais fundamentais de conhecimento da sociedade e da paisagem americana no século XIX. (BANDEIRA; ARAGÃO; RIBEIRO, 2004). Tais obras foram mais tarde divulgadas no retorno à Europa em três volumes de seu livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1834, 1835, 1839).

Tal imagem apresenta um grupo de homens e mulheres africanos sendo transportados através do tráfico marítimo para a América, principalmente para o Brasil, em um navio negreiro, como se pode ver abaixo.

Imagem: Nègres a fond de calles - Johan Moritz Rugendas, 1827



Fonte: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-tortuosa-chegada-ao-brasil/>

Esse navio transportava "carga" humana e era dividido, segundo Boudriot (1984, apud. RAMBELL, s/a), "em três níveis: o porão, para armazenamento da água e dos víveres; a falsa coberta, para a carga humana (os escravos africanos) e a coberta para a tripulação". Esse deslocamento acontecia de maneira extremamente degradante, homens e mulheres que foram capturados em suas terras e depositados à força nesse navio, eram mantidos presos nos porões fétidos e sem condições adequadas de transporte, muitas vezes com quantidades muito elevadas de pessoas para os espaços disponíveis. Esses "passageiros" quase sempre ficavam em condição de desnutrição e muitos adoeciam no percurso que era longo e demorava muitos dias e até meses para chegar ao seu destino. Aqueles que adoeciam e morriam no caminho eram jogados ao mar, sem nenhuma honra ou dignidade (BOUDRIOT, 1984, apud. RAMBELL, s/a),.

Em uma observação pré-iconográfica, percebemos na imagem vários homens e mulheres, distribuídos em toda a cena, a maioria está seminua, alguns estão enrolados em panos, há alguns compartimentos em que os personagens ali ficam acima dos demais, provavelmente para aproveitamento de espaço, ainda há uma rede ocupada por um dos escravizados. Vemos uma coluna e junto a ela uma abertura que confere alguma claridade ao ambiente, também há a presença de três homens brancos,

provavelmente da tripulação, vestidos, um deles carrega uma lanterna e dois seguram um personagem negro que demonstra estar doente ou ter até morrido. Pela abertura acima parece haver dois personagens, um aparece somente a sombra das pernas e outro coloca água em uma vasilha para o homem negro que está em pé com os braços estendidos. Também existe a presença de duas crianças na cena, um bebê de colo e outra também pequenina. Do lado direito da imagem há algo que se parece com uma grade e temos também pessoas em cima e embaixo da estrutura.

Pela análise iconográfica percebemos alguns elementos que serão aqui destacados. Para dar o aspecto tridimensional à imagem, Rugendas se utiliza de duas técnicas: a perspectiva e a sobreposição que merecem destaque nessa análise.

Podemos entender perspectiva, como um artifício usado no desenho e na pintura com a intenção de produzir profundidade de forma ilusória. Essa técnica permite capturar a cena de maneira que todos os objetos e personagens sejam posicionados em relação uns aos outros, assim, consegue-se respeitar as distâncias, auxiliando para que a percepção visual não seja distorcida na representação da profundidade dessa obra. Essa estratégia confere noção de tamanho e distância e ainda consegue realçar alguns aspectos espaciais. (ARNHEIM, 2007).

E sobreposição é uma técnica que auxilia na "(...) noção de profundidade na medida em que oculta partes de um objeto ou personagem, colocando outros na sua frente, dando a noção de que há espaço entre eles e atrás dos mesmos" (SOUZA, 2016, p. 219). A imagem apresenta várias camadas, na primeira vemos um grupo de homens e mulheres deitados, logo atrás o grupo de homens brancos, ao lado de outros homens negros sentados perto da coluna, atrás destes temos uma coluna, e encostado a ela temos outro homem negro. Identificamos as paredes como última camada e ao redor desse jogo de sobreposição, no lado esquerdo, ainda tem vários personagens que contribuem para a ideia de profundidade do ambiente. O artista utilizou essa técnica maestralmente, como artista profissional que era.

Mediante a sobreposição há uma exposição proposital do que o artista deseja que esteja em primeiro plano, e nos planos subsequentes em uma escala de importância conferida por ele mesmo na cena, e isso auxilia na exposição de alguns detalhes e ocultação de outros, o que dá noção de realismo na composição. É como se os elementos estivessem em camadas e isso ajuda o artista a fazer a alternância entre personagens, produzindo uma harmonia em um jogo de esconde e mostra (SOUZA, 2016).

Na obra percebemos em destaque no primeiro plano alguns personagens deitados e a maneira como estão aparenta certa tranquilidade, chama a atenção um desses personagens que foi ilustrado deitado com a mão no queixo, transparecendo estar confortável naquele ambiente. Mas o destaque maior que podemos apontar ali é na forma como as mulheres foram pintadas. Três mulheres estão à frente vestidas somente com peças de roupa de baixo, uma sentada com uma criança no colo e outras duas deitadas e a posição que o artista as coloca dá entender uma tranquilidade em uma exposição que as destaca do grupo.

Percebe-se claramente nessa composição, a visão estereotipada que se tinha da figura feminina negra, em que as mulheres eram dotadas de sensualidade, voltadas à sedução e ao apelo sexual, vistas como exóticas, sedutoras e lascivas (SILVA, 2004). E mesmo em uma situação como em um transporte como esse tais mulheres são apresentadas de maneira como se seus corpos estivessem ali à disposição na cena.

Outro destaque que podemos observar na obra é a maneira como os personagens são apresentados, o que nos remete ao elemento da expressão na arte. Segundo Arnheim as expressões são “maneiras de comportamentos orgânico ou inorgânico revelados na aparência dinâmica de objetos ou acontecimentos perceptivos” (2007, p. 438) e por essa técnica o artista consegue captar um rosto humano, “exatamente como todo corpo é captado, como um padrão total de componentes essenciais – olhos, nariz, boca – aos quais se podem adaptar mais detalhes, e (...) mínimas modificações na tensão muscular e na cor da pele fazem um rosto parecer cansado ou alarmado” (2007, p. 437).

É sabido que na arte não realista, o artista confere ao desenho traços e modelos de acordo com sua percepção e assim, se torna muito fácil e provável que “(...) os julgamentos da expressão confiem em “estereótipos” que os indivíduos adotam prontos de grupos sociais” (ARNHEIM, 2007, p. 440). Tais parâmetros e julgamentos se tornam padrões influenciadores na composição das obras e na ilustração de pessoas e de grupos sociais.

De acordo com Silva (2008), em ilustrações de personagens negros geralmente são atribuídas aos mesmos características que os desvalorizam das demais pessoas e desapropria-se do exercício de sua humanidade, relacionando a isso também questões morais. Percebemos assim uma forte marca do pensamento eurocêntrico estereotipado, sendo o personagem negro ilustrado como figura destituída de beleza, inteligência, moralidade, de maneira que os mesmos não eram dignos nem de respeito e nem de consideração. Isso explicita a motivação racista e preconceituosa do homem europeu que achava que o africano era um ser incivilizável, animalesco e decadente, ao ponto de haver relatos

como o destacado pelo historiador Skidmore (1998, p. 32) de que o português Duarte Pacheco se referia aos africanos como “gente com cara de cão, dentes de cão, sátiros, selvagens e canibais”.

São imagens negativas e inferiorizantes, e os personagens brancos nas cenas sempre aparecem em posições de destaque, ganhando predominância nas representações, o que externa a concepção de superioridade da raça branca sobre a raça negra (SOUZA, 2016). Isso é também observado na forma como os personagens da imagem analisada são retratados, e essa representação auxilia na legitimação e justificativa da dominação branca sobre os povos colonizados e os escravizados, justificando também a necessidade de serem transportados daquela maneira.

É importante observar a maneira como esses personagens estão colocados na cena, com exceção do homem desfalecido nos braços dos brancos, os demais são ilustrados com boa aparência física e a cena denota certa tranquilidade da maioria deles. A cena contrasta com a realidade histórica em que os mesmos eram aprisionados no local das falsas cobertas nessas embarcações, local que mal dava para permanecerem sentados. Esse ambiente era superlotado, o que se fazia de maneira cruel para atender ao mercado voraz de mão-de-obra escrava, pois o que se queria era o maior lucro possível com a maior quantidade de indivíduos transportados em uma única viagem. As precárias e degradantes condições em que esses homens e mulheres eram submetidos, não eram levadas em conta, a ponto de ocorrerem muitas mortes, o que era compensado pelo grande número de pessoas ali armazenadas (RANBELLI, s/a).

A história relata que ao todo foram mais de 11 milhões de africanos raptados de suas terras e trazidos para a América, dentre os quais a maioria veio para o Brasil. Essas pessoas eram aglomeradas nesses espaços fétidos, recebendo pouca água e alimentação, e devido à quantidade elevada de pessoas ficava difícil até respirar, o que facilitava a propagação de doenças, dentre elas as que mais atingiam esses sujeitos eram o escorbuto, pela falta de vitaminas, a varíola, o sarampo, a febre amarela, doenças gastrointestinais, além de outras. (SCHWARCZ; TARLING, 2015). Podemos dizer que esse foi o maior deslocamento forçado da história da humanidade até os dias de hoje.

Neste capítulo destacamos apenas algumas evidências, ressaltando que esta e outras imagens analisadas pelo método iconográfico de Panofsky (1955), aliado ao olhar decolonial pode revelar muitos outros detalhes desvendados pelo diálogo iconografia-iconologia na medida em que esse olhar criterioso, despido das influências da colonialidade busca perscrutar, esquadriinhar todas as nuances da mesma em suas composições.

Esta imagem, como várias outras desse período podem moldar entendimentos, distorcer fatos e fazer com que as pessoas não levem a sério o horror que foi o tráfico negreiro e o grande sofrimento impetrado a esses homens, mulheres e crianças no processo da escravização, um dos momentos mais vergonhosos e cruéis da história da humanidade. Isso demonstra a necessidade de posicionamento extremamente criterioso no que se refere ao combate à colonialidade e especificamente aos seus preceitos racistas que estão presentes e se infiltram nos mais improváveis instrumentos educacionais, mas que se instalam e fazem o trabalho de moldar consciências e concepções, e os indivíduos e grupos sociais, mesmo depois de mais de um século, ainda hoje colhem os frutos desse período tão tenebroso e principalmente de ideologias tão destrutivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito no início desse estudo, o racismo é uma das mais nocivas estratégias usadas pela colonialidade, que se aproveitou muito bem dele, sendo hoje uma das mais difíceis de serem combatidas, devido a forma como se adaptou ao contexto brasileiro e a maneira como se renova, sempre criando estratégias para se infiltrar nas consciências e nas relações, principalmente naquelas que envolvem poder e economia.

Entender a colonialidade é importante para o combate ao racismo e suas multiformes manifestações. É preciso compreender seus preceitos, modos de atuação, a maneira como ela aprisiona indivíduos, sociedades e estruturas, bem como a visão hegemônica de domínio sobre várias categorias como raça, gênero, sexualidade, estética, dentre outras, e ainda quais os interesses por detrás dela, quem se beneficia e quem é historicamente excluído e massacrado nesse processo.

Pensar as muitas formas como ela se insere, principalmente nos contextos educacionais, em materiais pedagógicos é de suma importância para uma educação democrática e libertadora, e analisar as artes utilizadas como textos imagéticos buscando entender a maneira como foram compostos, sob quais preceitos e o que os mesmos estão transmitindo é uma estratégia decolonial de combate ao racismo estrutural e epistemológico que silenciosamente se acomoda nas estruturas de pensamento na formação dos alunos, futuros cidadãos.

Nessa reflexão, o que apresentamos é apenas uma amostra do que podemos encontrar em imagens do século XIX, em que os pesquisadores estavam largamente influenciados pelas teorias raciais amplamente disseminadas nos contextos acadêmicos e sociais do século das luzes e o perigo dessas

imagens utilizadas sem critérios e sem uma ação pedagógica analítica, tendo em vista que nem sempre a formação do professor garante que o mesmo saiba trabalhar adequadamente com elas.

É preciso combater o racismo estrutural que subjaz as estruturas sociais, sendo importante balizar a discussão sobre os currículos e materiais como os livros didáticos branqueados distribuídos pelo poder público, problematizando-os e confrontando os interesses de grupos hegemônicos que definem os lugares e benefícios sociais. E nesse aspecto, o conhecimento do Desenho aliado aos entendimentos da decolonialidade no âmbito educacional é uma grande estratégia para a busca de uma educação decolonial antirracista.

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. Trad. Ivone Terezinha de Faria. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BANDEIRA, Élcia; ARAGÃO, Luiz; RIBEIRO, Mário. O cotidiano brasileiro do século XIX através das imagens de Rugendas. Associação Nacional de História. Recife, UFPE: 2004. Disponível em: <<http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/05-leituras/Artigo%20de%20C9lcia%20Bandeira%20e%20outros%20autores.pdf>> Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BOUDRIOT, Jean. Traite et navire négrier: l'Aurore. Paris: Ancre, 1984. In. RAMBELLI, Gilson. Tráfico e navios negreiros: contribuições da arqueologia náutica e subaquática. Disponível em: <http://revistanavigator.com.br/navig4/art/N4_art4.pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

BURKE, P. Testemunha Ocular: história e imagem. São Paulo: Edusc, 2004.

CHARTIER, Anna Maria; SIMIELLI, Maria Helena. Ápis História, 4º ano: ensino fundamental, anos iniciais. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2017.

DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Johan Muritz Rugendas. Disponível em:

<<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa707/johann-moritz-rugendas>>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

FANON, F. Em defesa da revolução africana. Trad. Isabel Pascoal. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciencias Sociais - vol. 32 nº 94. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>>. Acesso em: 29 de dez. de 2020.

PAIVA, Eduardo França. História e imagens. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Novos rumos. Ano 17. nº37, 2002. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.

RAMBELLI, Gilson. Tráfico e navios negreiros: contribuições da arqueologia náutica e subaquática. Disponível em: <http://revistanavigator.com.br/navig4/art/N4_art4.pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Lilian dos S.; CHIANCA, Rosely M. B. História, Bahia. São Paulo: Ática; 2010.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. Uma História do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, Suely S. Educação e desenho: o livro didático e as influências ideológicas das imagens. Feira de Santana UEFS editora, 2016.

Capítulo 5

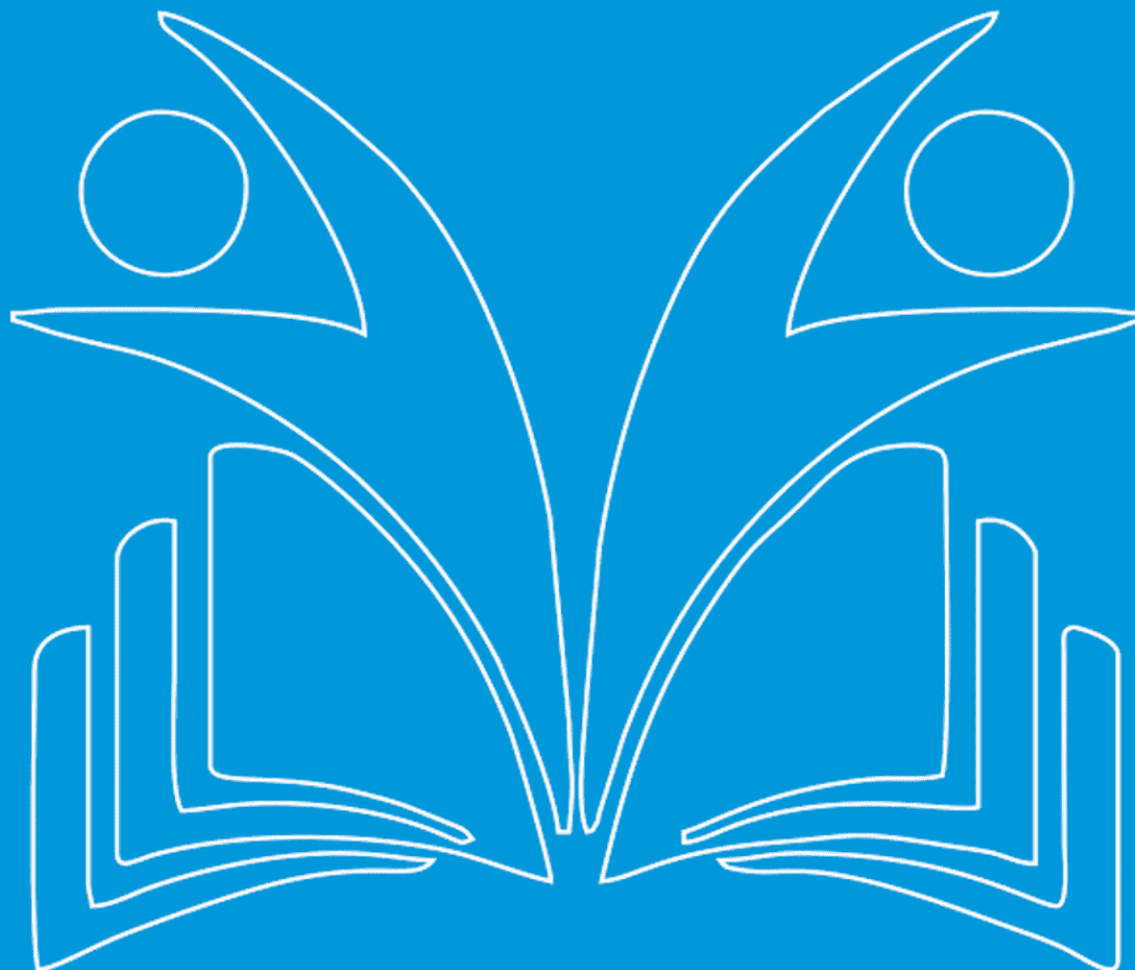


10.37423/230607916

SACERDÓCIO, AÇÃO SOCIAL E REPRESSÃO NA IMPLANTAÇÃO DO REGIME CIVIL MILITAR: A TRAJETÓRIA DE HUMBERTO CAVALCANTI

Séfora Junqueira dos Santos

Universidade Federal de Alagoas



Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a pesquisa, em andamento, sobre o padre Humberto de Araújo Cavalcanti, com a qual se pretende investigar sua trajetória, através da análise de documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) disponível no Sistema do Arquivo Nacional e dos arquivos da Cúria Metropolitana de Maceió, a fim de melhor compreender o interesse dos agentes do sistema repressivo do regime civil militar nos sacerdotes brasileiros e, em especial, alagoanos, logo após a instalação do regime.

Palavras-chave: Igreja católica. Sacerdotes. Regime civil militar. SNI. Investigação.

INTRODUÇÃO

Instalado o regime civil militar, em abril de 1964, teve início, por todo país, uma perseguição aos “inimigos do regime” através de uma série de inquéritos policial-militares (IPMs). Um dos investigados, o então padre Humberto de Araújo Cavalcanti, é o objeto deste artigo, no qual se pretende investigar sua trajetória, através da análise de documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) referente à Alagoas, disponível no Sistema do Arquivo Nacional, e ainda não estudada.

Humberto Cavalcanti faz parte de um conjunto de sacerdotes progressistas, também investigados à época, envolvidos com questões político-sociais, segundo orientação da Igreja, que, a partir da década de 1950, com a criação dos grupos laicos da Ação Católica Brasileira (ACB), aproximou a atuação do sacerdócio do dia a dia de estudantes e trabalhadores urbanos e rurais. Esta trajetória foi reforçada pelas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, publicadas em 1961 e 1963, no papado de João XXIII, e, principalmente, pelo Concílio Vaticano II (1962-65) que ressaltou a importância do envolvimento dos eclesiásticos com as questões de justiça social e dos direitos humanos.

Tal atuação, como vários autores defendem, tornou os sacerdotes alvos do sistema repressivo do regime, considerados agentes subversivos ou comunistas.

Espera-se, com este trabalho, parte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é o estudo das relações entre as diferentes religiões e o Estado brasileiro, colaborar com a compreensão das relações entre o estado autoritário de 1964 e a igreja católica alagoana.

O contexto nacional e a trajetória de Humberto de Araújo Cavalcanti Os anos entre 1945 e 1964, instalados entre dois períodos de governos autoritários, de mínima liberdade de expressão e representação política, caracterizaram-se por disputas políticas e ideológicas em gradativa radicalização. Em um contexto econômico e social marcado por processos de industrialização e urbanização crescentes, tramam-se, em paralelo, projetos de democratização da cidadania e inclusão social e o projeto de “um outro modelo político e ideológico de sociedade e de Estado, esboçado bem antes do golpe: a modernização socioeconômica do país e a construção no longo prazo de uma democracia plebiscitária, tutelada pelos militares com nome do ‘partido da ordem’”¹.

Na instalação do regime militar, logo nas primeiras semanas, muitos foram denunciados, investigados e presos. Isso mostra que já havia todo um sistema repressivo em construção nos anos anteriores. Havia antes um órgão de informações, o “não muito prestigioso” SFICI – Serviço Federal de

Informações e Contrainformações. O processo se acelerou. O SNI foi criado por lei apresentada em 11 de maio e aprovada em 13 de junho.²

Entre as diversas categorias profissionais espionadas e citadas nos relatórios dos órgãos de informações, estão os bispos.³

Desde o início do século XX, a Igreja Católica vinha se engajando nas questões sociais, em reação à separação entre Igreja e Estado, quando os bispos brasileiros, na esteira da orientação do Papa Leão XIII, começaram a “recristianizar a sociedade.”⁴ Uma das características deste processo foi a valorização do laicato, através da criação de entidades como a Ação Católica Brasileira – ACB, em 1935, que, a partir da década de 1950, passou a contar com subdivisões como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), que aproximaram o clero dos trabalhadores e dos estudantes e, em consequência, das questões políticas com as quais estavam envolvidos⁵.

Em 1952, criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a liderança empreendida por Dom Hélder Câmara, secretário-geral da entidade por 12 anos, imprimiu à agenda da instituição a prioridade das questões político-sociais, sua preocupação pessoal.

Na década de 1960, algumas reformas importantes promoveram os posicionamentos mais progressistas da instituição. As encíclicas *Mater et Magistra*, publicada em 1961, e *Pacem in Terris*, de 1963, ambas do papado de João XXIII (1958-63), foram importantes marcos da doutrina social da Igreja, pois buscaram sintonizar as orientações das encíclicas anteriores que tratavam das questões sociais com o mundo secular moderno.⁶

Mais tarde, foi o Concílio Vaticano II (1962-65) que pôs a questão da justiça social e dos direitos humanos em primeiro plano. [...] Em linhas gerais, nele se discutiu a importância de o clero não manter suas funções alheias à realidade sócio político-econômica [...].⁷

A Arquidiocese de Maceió, na trilha deste movimento, encabeçada por Dom Adelmo, arcebispo coadjutor a partir de 1955, se dedicou à construção de uma rede de apoio social, que a aproximará, principalmente, do homem do campo, em função do contexto econômico e político do Estado.⁸

Ao mesmo tempo, vinha-se reforçando, dentro da Igreja, um discurso anticomunista, cujos traços remontam ao final do século XIX, quando a “instituição vivia um grande temor com relação ao crescimento dos movimentos operários e, sobretudo, ao comunismo presente nestes movimentos”⁹.

Tal discurso era indicador de uma instituição enfraquecida, preocupada com a possibilidade de uma perda ainda maior de poder diante das emergentes ideologias socialistas e comunistas.¹⁰

Nesta Igreja que se pretendia “social”, mas não “socialista”, encontram-se muitas “igrejas”. Atitudes progressistas em meio a atitudes conservadoras.

Paradoxo que explica, em parte, o comportamento das autoridades eclesiásticas diante da instalação do regime militar. Apoio às políticas do Presidente João Goulart, sob lideranças mais progressistas, em seguida apoio à tomada de poder pelas autoridades militares, sob lideranças mais conservadoras, e mais à frente, o gradual afastamento de um regime que se mostrava indiferente, quando não contrário, às bandeiras sociais que a Igreja vinha defendendo havia décadas. Até se tornar, nos anos 1970, um dos principais opositores do regime.

Paradoxo que pode explicar, também, por que, embora oficialmente a Igreja Católica tenha apoiado a intervenção dos militares, alguns de seus membros estavam entre os primeiros alvos do sistema repressivo que se deflagrou naquelas semanas.

Os relatórios encontrados nos arquivos do SNI mostram que, além de bispos, também muitos padres eram observados. Sua vida foi acompanhada de perto, por muitos anos. Alguns foram denunciados e processados.

São informações, listas, relatórios, dossiês que, estudados, podem ajudar a compreender os pressupostos teológicos e políticos, expressos em práticas organizadas nos diferentes movimentos eclesiais, que motivavam a perseguição daqueles sacerdotes, ou seja, quais atitudes e comportamentos do clero eram focos de preocupação e atenção dos agentes do governo e conduziam a identificação daqueles que deveriam ser vigiados.

Parte de uma pesquisa mais ampla¹¹, cujo objetivo é o estudo das relações entre as diferentes religiões e o Estado brasileiro, em que se configurem as lutas pelos espaços sociais de poder em diferentes temporalidades e espaços geográficos, este trabalho focaliza a igreja católica durante o regime civil militar de 1964, dirigindo atenção aos padres atuantes em Alagoas, cujos documentos do SNI fornecem a possibilidade de reexaminar a forma e as bases do processo persecutório do regime militar, a partir de uma diferente perspectiva. “A elaboração do conhecimento histórico consiste precisamente neste permanente reexame do passado com base em determinadas fontes e a partir de determinados pontos de vista.”

[Barros, 2015, p. 144] A abordagem ainda inédita destas coleções com foco nos agentes da Arquidiocese de Maceió oportuniza conhecer um pouco melhor o papel social e político da Igreja Católica em Alagoas, o sistema repressivo do regime civil militar e as relações entre a Igreja e o Estado durante o período referenciado.

Um dos sacerdotes alagoanos encontrados nos documentos produzidos pelo SNI, custodiados no Fundo BR_DFANBSB V8, recolhidos ao acervo do Arquivo Nacional entre 2007 e 2009, em consequência do Decreto 5.584/2005, é o padre Humberto de Araújo Cavalcanti.

Natural de Viçosa, Alagoas, Humberto Cavalcanti fez o seminário no Colégio Pio Brasileiro, em Roma, entre 1947 e 1950, quando foi ordenado padre.¹² Ainda na Itália, cursou Teologia e Direito canônico na Universidade Gregoriana de Roma¹³, antes de voltar ao Brasil, em 1951.¹⁴

De volta a Maceió, em poucos meses, Padre Humberto se envolveu com atividades relacionadas à Ação Católica, orientando senhoras nas manhãs de formação e participando de encontros como a Semana Jecista¹⁵ do Nordeste, presidida por Dom Hélder Câmara¹⁶, como mostram registros encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, já nos anos de 1952 e 1953.

Abraça, à época, também, a carreira acadêmica, prestando concurso para as cátedras de Filosofia, em 1953, e Português, em 1958, no Colégio Estadual de Alagoas¹⁷. Lecionou, ainda, no Liceu Alagoano e no Colégio Estadual Moreira e Silva.

A tese defendida no concurso ao Colégio Estadual, “Filosofia da Existência em Thomaz de Aquino”, publicada em livro pela Casa Ramalho, dá início a uma carreira literária, sendo seguida pela obra “Presença do transcendente em Jorge de Lima”, publicado pela Imprensa Oficial, em 1958.

Após um par de anos, aparentemente afetados por questões pessoais delicadas¹⁸, os registros do SNI apontam para o gradativo envolvimento de Humberto em atividades de conotação político-social, como conferências, palestras e a gestão de jornais, sendo apontado como orientador do Jornal Estudantil do Colégio Estadual de Maceió, diretor do Departamento de Jornal Falado da Rádio Difusora de Alagoas e diretor geral da mesma rádio.

Uma relação de autores alagoanos, cujas obras são mantidas no Arquivo Público de Alagoas, publicada pela página ABC das Alagoas, que registra a peça “O Valor Social da Educação”, conferência pronunciada por ele, no Rotary Club de Santana do Ipanema, em 28 de agosto de 1963, é a única fonte alternativa encontrada até agora, que parece corroborar com a tendência identificada nos documentos do SNI.

A informação¹⁹ contida no documento BR_DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033, menciona como antecedentes do padre Humberto:

Quando Padre, compareceu, como conferencista ao I SEMINÁRIO OPERÁRIO ESTADUAL CAMPONÊS, organizado por elementos esquerdistas. Declarava-se favorável à FRENTE ÚNICA no País, como solução para a resolução dos problemas sociais. Recebia publicações comunistas, nomeou elementos subversivos para o Departamento de Jornal Falado da Rádio Difusora de ALAGOAS, onde era então Diretor. Como orientador do Jornal Estudantil, do Colégio Estadual de MACEIÓ fez publicar uma edição em termos que, obrigaram o Diretor daquele Estabelecimento de Ensino a apreender toda a tiragem. Promoveu palestras no SINDICATO RURAL DO PILAR/AL, junto com elementos reconhecidamente comunistas, conforme apurado em IPM a que respondeu.

O texto traz alguns sinais: “elementos esquerdistas”, “publicações comunistas”, “elementos subversivos”. Expressões que podem ajudar a compreender a sequência dos acontecimentos.

Instala-se o regime. Inquéritos militares são abertos por todo país, envolvendo pessoassuspeitas de “subversão”, “agitação” e “comunismo”. Políticos, estudantes, jornalistas, escritores, sindicalistas, assistentes sociais, sacerdotes, entre outros, foram processados, alguns presos e/ou colocados sob constante vigilância, outros torturados, desaparecidos e mortos.²⁰

O dossiê do SNI mencionado registra que o padre Humberto recebeu

prontuário nesta Agência por ter se envolvido em atividades subversivas, tendo sido indiciado em IPM instaurado pela Comissão constituída pela Resolução nº 06/64 em Maceió/AL, encaminhado à Auditoria da 7ª RM em 1964/; que remeteu à Auditoria de Correição da GB com o Processo nº 77/64. Foi incurso no inciso 4º do Art. 2º; Artigos 7º, 9º e 10º, letra "b" do Art. 11º; Artigos 12º, 17º e letra "a" do Art. 34º da Lei 1802/53.²¹

O documento contém, ainda, o Termo de Assentada do interrogatório ao qual foi submetido em 26 de maior de 1964, em que relata desconhecer o teor da investigação e quem seriam os demais investigados ou testemunhas.

Respondendo às perguntas formuladas, Humberto Cavalcanti negou participar de sindicatos rurais, admitindo prestar colaboração intelectual ao Serviço de Orientação Rural, ter feito pronunciamentos e conferências e participado como convidado de reuniões e seminários sobre a “solução humana e cristã dos problemas sociais”²², seguindo a orientação da doutrina social da Igreja, de acordo com a Encíclica Mater e Magistra do Papa João XXIII.

Afirmou ser contrário a totalitarismos de esquerda ou de direita e a favor do regime democrático.

Ouvidas as testemunhas, que confirmaram seu depoimento, o inquérito foi encerrado sem seu indiciamento.

Após um silêncio nas fontes, encontra-se, em 1968, no Arquivo da Cúria, o registro da excardinação do padre Humberto da Arquidiocese de Maceió e sua incardinação na

Arquidiocese de São Paulo. E no ano seguinte, o dossiê do SNI contém certidão de seu casamento com Neise Annibal Cavalcanti, em 26 de fevereiro de 1969.

Depois de outro breve período de ausência de informações, o dossiê o registra de volta a Maceió, segundo o então governador Divaldo Suruagy, tendo retornado por sugestão sua.²³

A partir de então, o ex-padre Humberto foi empossado sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas _IHGA, ocupou cargos de assessoria e consultoria no governo do Estado e na Universidade Federal de Alagoas, continuou sua carreira acadêmica e literária, tornou-se membro da Academia Alagoana de Letras e formou-se bacharel em Direito, em 1974.

A conclusão da Informação nº 655/300/ARE/77, em 1979, fecha o dossiê sobre Humberto Cavalcanti informando que:

Embora tendo prestígio com determinadas autoridades do Estado de ALAGOAS, teria mantido após 1964 uma conduta político—ideológica discreta e declarado, quando Chefe de Gabinete do Reitor da UFAL, estar integrado ao Movimento revolucionário de 1964; não possui idoneidade moral, não goza de bom conceito junto a ASI/UFAL e Comando do 59º BI/MACEIÓ/AL e não inspira confiança.

Nos primeiros anos da década de 1980, seu nome ainda pode ser encontrado em informes do SNI, relacionado à infiltração comunista e atividades de conotação esquerdista.

Outros sacerdotes alagoanos estiveram envolvidos em investigações nos meses seguintes à instalação do regime e permaneceram nos radares do SNI, durante toda a ditadura.

Entre eles estavam Theóphanes Augusto de Barros, Luiz de Oliveira Santos e o cônego Hildebrando Veríssimo Guimarães. Luiz Santos foi, entre eles, o único a ser processado.²⁴

Dados sobre eles podem ser encontrados nos documentos do fundo BR_DFANBSB V8.

O cotejamento das informações sobre o padre Humberto demonstra que a análise destes documentos, antes não estudados com método, pode corroborar as teses das pesquisas que procuram demonstrar o vínculo existente entre a atuação dos membros da Igreja na Ação Social Católica e a desconfiança dos agentes do sistema de informações do regime militar.

Pode, também, acrescentar informações específicas que auxiliem na compreensão das relações mantidas entre a Igreja e o Regime em Alagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos encontrados no Fundo do SNI no Sistema do Arquivo Nacional, ainda em andamento, já permite resgatar, com ajuda do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, a trajetória de Humberto de Araújo Cavalcanti.

Os documentos, via de regra, dão destaque ao padre Humberto Cavalcanti em sua relação com elementos tidos como “subversivos” ou “esquerdistas”, participando de reuniões de trabalhadores, recebendo publicações “comunistas”, exprimindo opiniões “progressistas” quanto às questões sociais, corroborando as teses que defendem o vínculo entre a atuação eclesial na Ação Social Católica e a repressão do regime militar.

As informações encontradas até agora parecem mostrar que o interesse dos agentes do sistema repressivo por Humberto se devia as suas opiniões progressistas, identificadas em sua fala e seus escritos.

Outros sacerdotes alagoanos, contemporâneos de Humberto Cavalcanti, aparecem nos documentos encontrados, levando a crer que a ampliação do universo de análise, incluindo outros padres, pode fortalecer (ou não) estas primeiras conclusões, além de enriquecer a compreensão sobre a atuação dos membros da igreja católica alagoana durante o regime civil militar.

REFERÊNCIAS

(A) Fontes

Arquivo Nacional

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.79000033 – Neise Annibal Cavalcanti – Dossiê – 30/1/1979.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió

Caderno 1 - Episcopado de D. Ranulpho: Informes, Resenha, Relação, Resumo.

Livro do Tombo nº 12, 30v.

Livro do Tombo, nº 12, 1952, 138.

(B) Bibliografia

GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Padres agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial- Militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969). Original em curso de publicação (gentileza da autora).

SURUAGY, Divaldo. Humberto Cavalcanti. Tribuna do Sertão. Artigos. 8 de outubro de 2014. Disponível em <https://tribunadosertao.com.br/2014/10/humberto-cavalcanti-2/>. Último acesso em 7 de julho de 2021.

Capítulo 6



10.37423/230607950

AS ESCULTURAS E O ENSINO DE ARTE: PROPOSTAS EDUCACIONAIS

Joana da Silva Moreira

Universidade do Estado da Bahia

Marinalva Martins Pereira

Universidade do Estado da Bahia



Resumo: Esta pesquisa relata uma discussão sobre o ensino de arte, a linguagem da Escultura, como Proposta Educacional Curricular, que ao ser vivenciada em sala de aula de maneira teórica e prática tem contribuído no desenvolvimento cognitivo dos discentes da Educação Básica e dos Espaços formais e não-formais, que deixa claro e livre ao fazer experiências é possível aplicar a troca de matéria prima por materiais de sucatas, embelezando os espaços com uma nova estética. Tem como objetivo estimular um novo olhar ao ensino da escultura. A abordagem da pesquisa é qualitativa e prevaleceu como requisito de observação, apreciação da arte e desenvolvimento do fazer artístico. O resultado dessa experiência é comprovar que com muito trabalho e vontade de inovar baseando-se nos escultores baianos como: Mario Cravo Junior, Rubem Valentim, Carybé, e brasileiros, Aleijadinho, Hélio Oiticica e outros. Foi utilizado a Metodologia Triangular da Arte-Educadora Ana Mae Barbosa que norteou o Ensino de Arte. Esta pesquisa visa contribuir de forma positiva para a reflexão sobre a aprendizagem escultórica, artística e cultural.

Palavras-chave: Educação. Arte. Escultura.

INTRODUÇÃO

Escultura é a arte de representar, esculpir, modelar, criar, reinventar todos os objetos existentes na natureza e na imaginação humana.

Pensando em tudo que a arte representa, nos proporciona, e como os **“Estudos no Campo da Escultura”**, ainda é uma grande dificuldade para se trabalhar em sala de aula. Logo surgiu à ideia de pesquisarmos algo que fosse relevante e elencasse elementos significativos, para transformar numa Proposta Educacional, como um produto final que possa servir de estímulo de estudo, para os discentes de todos os seguimentos da Educação Básica, para que os professores tenham como base para desenvolver seus trabalhos em sala de aula e servindo de futuras pesquisas para estudantes universitários.

É uma pesquisa qualitativa que se caracteriza através de uma descrição minuciosa dos experimentos e da aplicabilidade das atividades, conforme estarão registrados através de fotografias ao longo desse trabalho.

As esculturas e o ensino de arte é um assunto extenso que se concentra no repertório formal e conceitual onde foram acrescentados também como bases referenciais, as autoras Ana Mae Barbosa, Anamelia Bueno Buoro, e Maria Heloisa Corrêa de Toledo Ferraz e Maria Felisminda de Rezende E Fusari, todas essas buscam amparar os Cursos de Formação exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, possibilitando que o professor participe das discussões nas Universidades, e fomentando para que sejam pesquisadores científicos nas áreas de formação contemplada pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, PARFOR.

As diversas inovações no fazer artístico ao longo da contemporaneidade, reúne uma variedade de tipos de materiais, técnicas e ferramentas, da artesã dona Dagmar na cidade de Belmonte, Costa do Descobrimento baiano, e as do laboratório da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, logo após a professora Mestre Katia Gorini com suas técnicas e os diferentes tipos de fornos e dos possíveis modos de aplicabilidades de queimas em outros espaços.

2. O ENSINO DE ARTE A LINGUAGEM DA ESCULTURA

O ensino de arte está em constante modificação, deixando de ser tarefa repetitiva, e pouco criativa, na qual o professor condicionava os estudantes ao copiar, e imitar, para atender as expectativas criadoras, produtoras, inventivas dos estudantes.

As Diretrizes e Bases (LDB). “A Lei 12.287, de 13 de julho de 2010, altera o segundo parágrafo do artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. Pela nova redação, os currículos do ensino fundamental e médio devem conter o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais. O objetivo é promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Através da atualização desta Lei de Diretrizes e Bases, este procedimento tornou-se amplo, permitindo a liberdade de criação e inovação da arte nos diversos espaços.

O desafio desta pesquisa é observar, analisar como proceder à substituição da matéria prima de algumas obras de arte do artista Mario Cravo Júnior por matéria prima similar possível de ser usadas em sala de aula, aplicando técnicas de desenho, modelagem e pintura, para que os discentes se fortaleçam na busca deste propósito apreender de forma criativa e proveitosa a arte de esculpir, utilizando a reciclagem, tornando o meio ambiente mais limpo, organizado, belo e através destes gerar uma profissão.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foram as diretrizes, que orientaram a educação básica em todas as disciplinas, inclusive a de Artes Visuais: “[...] Arte tem uma função tão importante quanto a dos outros conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem. A área de Arte está relacionada com as demais áreas e tem suas especificidades. ” (BRASIL, 1997, p. 19). Para proporcionar um aprendizado sobre escultura da melhor qualidade precisa que o aluno seja motivado a examinar fotos, vídeos, livros sobre obras de esculturas, textos, listas de exposições, em especial as Esculturas de Mário Cravo Júnior.

A ação didática que identifica todos os ângulos, todas as técnicas empregadas possíveis, as sucatas reutilizadas e construídas em pequenas miniaturas, sendo desenvolvido este aprendizado na Educação Básica da Escola de 1º Grau Maria D’Ajuda Silva Vieira, Município de Itabela e Escola Canta Galo Coqueiro Alto – Trancoso, Município de Porto Seguro/BA para oportunizar o envolvimento, a sensibilização e integração entre os estudantes através da manipulação, das miniaturas de escultura que serão expostas, a fim de *que o* conhecimento sobre as diversas esculturas, dos escultores, dos museus, das exposições se torne amplo.

A pesquisa do curso de “Artes Visuais: Esculturas e o ensino de Arte, propostas educacionais, reflexões acerca das obras de Mario Cravo Júnior”, objetiva gerar materiais didáticos, com várias sugestões de matéria-prima, receitas com quantidades de materiais recicláveis a serem usados pelo Professor de Arte, que busca uma compreensão visível e extraordinária para a construção dos conhecimentos de seus educandos, possibilitando aprender fazer com certo rigor perante a sua realidade e não privando

o alunado de criar, inventar, construir, e sonhar, nos caminhos da escultura contemporânea. A metodologia utilizada foi a triangular.

A Arte-Educadora na área de metodologia da educação propõe: (BARBOSA, 1998, p. 33).

“[...] A escola seria o lugar em que se poderia exercer o princípio democrático de acesso à informação e formação estética de todas as classes sociais, propiciando-se na multiculturalidade brasileira uma aproximação de códigos culturais diferentes”. (1998, P. 33).

A escola é um ambiente propício, sugestivo, e adequado para que as esculturas inicialmente seja objeto de apreciação, análise, investigação, objeto de criação, os estudantes serão parceiros da inovação, podendo expandir os seus olhares de diversas formas, sem necessitar de muitos gastos financeiros.

2.1. EVOLUÇÃO DA ESCULTURA NO BRASIL

Conhecendo um pouco da História da arte para entender como e porque aconteceu a evolução da escultura no Brasil. Esse crescimento se deu a partir de saberes significativos da produção humana em todos os tempos, tornando o mundo encantador, com as suas emoções, com as obras dos grandes artistas que nos aproximam da familiarização com as diferentes linguagens das artes visuais, favorecendo a compreensão artística cultural, tanto nas referências, como nas vivências diárias.

Por ser milenar, a arte apresenta em seu contexto histórico, diversos registros de diferentes autores, que perpassa pela história há vários séculos, despertando a necessidade de produzirem elementos e objetos para registrar os antepassados de um povo que ora começava a sua evolução cultural.

É essencial para o entendimento do processo histórico do mundo artístico, em que os discentes possam perceber que através da escultura pode-se construir uma visão mais ampla do processo cultural na aprendizagem, está por sua vez nos ajudará a superar as nossas limitações em busca das novas descobertas, enriquecendo cada vez mais os nossos conhecimentos, estabelecendo de forma proveitosa o contato mais profundo com a História da Arte.

Nos últimos 500 anos de história, o Brasil presenciou a expansão do glorioso crescimento da escultura. Entretanto, é no período barroco⁵ que ela se sobressai por seu estilo geralmente unificado, porém, só a partir do modernismo, é que os grandes movimentos culturais, como: as escolas e estilos que permeavam as artes e o design da primeira metade do século XX ganharam destaque aqui no Brasil.

Os artistas brasileiros vêm trilhando diferentes caminhos, experimentando novos materiais, novos suportes e novas linguagens. Suas obras, mesmo quando realizadas com materiais tradicionais, são muito diferentes daquelas do passado.

2.2 O ARTISTA E AS PRODUÇÕES DE ESCULTURA BRASILEIRA

Os anos cinquenta são marcados pela acelerada expansão do abstracionismo, tanto de linhas geométricas como informais. O Concretismo, um estilo de abstração geométrica, se torna a moda do momento, sendo louvado por críticos e artistas e dominando os salões e galerias. Há um grupo de artistas que, não desejavam abandonar a figuração, passaram a incorporar estilizações abstratizantes a uma estrutura ainda figurativa, seguindo o exemplo de mestres internacionais como Pablo Picasso, Henry Moore e Alberto Giacometti.

Podemos citar a arte pública que foi um grandioso projeto arquitetônico, urbanístico e artístico que centralizou as atenções nacionais que abriu um mercado para a produção de uma escultura monumental.

Tantas tendências operando num mesmo momento acabaram por se entrecruzar, formando uma variedade inextrincável de subtipos e gêneros mistos de arte que em maior ou menor grau fundiam, transformavam e aplicavam princípios, técnicas, materiais e recursos conceituais da escultura. (CRAVO JÚNIOR, Mario, 2001, p. 39). “Aprendi a dura disciplina do ateliê, o ritmo de trabalho constante, a concentração, a seriedade e o respeito às técnicas”.

O verdadeiro mestre é artista que consegue, na sua maturidade, ter o desprendimento, a sensibilidade e o respeito pelo principiante, a ponto de ser capaz de acompanhar o “processo global do jovem artista”. “Apontar onde poderá residir o problema” [...] a ser resolvido e indicar possíveis soluções. (CRAVO JÚNIOR, 2001 p. 40).



Figura1. Palestra ministrada pelo Escultor Mario Cravo, para estudantes do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade do Estado da Bahia no Auditório do Espaço Mario Cravo. Fonte: Isabela Oliveira

3. A PRÁTICA DOCENTE EM ARTES VISUAIS

A vivência das aulas práticas de escultura desperta uma nova forma de procedimentos através da liberdade criadora dos alunos. Com o fazer artístico próprio de cada um existe uma significação simbólica do aprender a fazer o novo com a concepção da criação.

A prática acontece com simplicidade através do conhecimento teórico e audiovisual dos imagéticos existentes na história da arte, baseia-se na leitura e releitura das imagens dos diversos artistas que apresentamos aos estudantes através de Projetos e Oficinas elaboradas e aplicados durante o período do Curso de Licenciatura em Artes Visuais e apresentados aos alunos das diversas instituições educacionais. Fusari e Ferraz afirmam em seu livro *Arte na Educação Escolar*:

Para compreendermos e assumirmos melhor as nossas responsabilidades como professores de Arte, é importante saber como a arte vem sendo ensinada, suas relações com a educação escolar e com o processo histórico social. A partir dessas noções poderemos nos reconhecer na construção histórica, esclarecendo como estamos atuando e como queremos construir essa nossa história. (Fusari; Ferraz, 2010, p. 22-23).

Foi um grande desafio trabalhar escultura nos espaços formais (colégio estadual, escolas municipais urbanas e zona urbana) e não formais (escola municipal do assentamento, Santa Casa de Misericórdia) por não possuir um pequeno laboratório, mas a surpresa veio no momento que convidamos todos a fazer parte da execução dos projetos. Explicamos com base nos arquivos PowerPoint, que se trata de construções dos artistas referenciados em *Produção das Esculturas na Bahia*. Ao observar as obras de

arte, e ler a biografia dos artistas escultores, principalmente Mario Cravo Junior, os educandos aprenderam a ter um novo olhar sobre as obras de arte.



Figura 2: Escultura de papel criada por aluno do 7º ano da Escola Maia D'Ajuda Silva Vieira - Itabela.



Figura 3: Escultura de argila criada pelos alunos do 7º ano da Escola Canta Galo Coqueiro Alto/Trancoso – Porto Seguro.

4. CONCLUSÃO

A construção deste trabalho foi bastante gratificante, por possibilitar a busca sobre um assunto que não se encontra grande fonte de pesquisa em nossa região, como: “Estudos no Campo da Escultura”, esta é ainda uma grande dificuldade para se trabalhar em sala de aula.

Fazendo levantamento de fundamentos para a defesa da utilização da arte das esculturas como uma Proposta Educacional de aplicabilidade do Ensino da Arte, a Linguagem da Escultura como forma de aprendizagem rica em significação. Esta nos proporcionou o desejo de buscar ainda mais, de aprofundar sobre o assunto e suas especificidades, objetivando o crescimento profissional na área da pesquisa.

Ler, pesquisar e conhecer a função da Escultura e das diferentes linguagens artísticas no Ensino da Arte nos propiciou um vasto enriquecimento de saberes, podendo entender como professor

propositor e pesquisador sentimos a necessidade e a importância de mergulhar na busca de um novo olhar, onde possa oferecer condições específicas que possam contribuir na transformação da vida dos jovens cidadãos de diferentes meios sociais.

Sabendo-se que a Arte oferece o contato das pessoas com a multiculturalidade da contemporaneidade. Nesse sentido, podemos afirmar que a pesquisa é sempre instigante, pois oferece ao pesquisador uma ampliação de conhecimentos. A leitura, no processo acadêmico, é uma atividade fundamental na formação, e na escrita é o registro das ideias que foram apreendidas.

Portanto, este trabalho funcionou como uma oportunidade válida para se adentrar nesta complexa e desafiadora Proposta, que foram as pesquisas feitas em diferentes cidades e espaços acadêmicos, por meio de viagens/visitas técnicas, apresentação de trabalhos de cunho científico.

Os objetivos propostos foram alcançados, pois as ideias dos artistas e autores pesquisados dialogaram umas com as outras e responderam aos questionamentos que surgiram durante o período da pesquisa, isto é, a arte e a transposição didática dos elementos experimentados nos diferentes espaços que foram importantes para o processo dessa Proposta.

Sabemos que uma pesquisa científica sempre gera contribuições para a vida de qualquer profissional. Portanto, essa proposta pode trazer respostas necessárias para a atuação do docente da área de Arte que considera o ensinar como uma forma de provocar, criar, fazer, buscar, analisar, interpretar, expressar, e não apenas como uma mera transmissão de conteúdo, mas sim de forma prazerosa.

Entretanto, é importante ressaltar que essa proposta não exclui a responsabilidade das esferas públicas para com a educação, este, sim tem o dever de dar seguridade à Educação de qualidade para os jovens estudantes de diferentes seguimentos e áreas de estudos. Entretanto, nós professores de qualquer instituição, para que possamos alcançar uma meta significativa temos que construirmos base sólida para alavancar o processo de aprendizagem. Para isso é necessário buscar o aprimoramento através das políticas públicas para melhor desenvolvimento desta proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria L. de Arruda; MARTINS, Maria H. P. *Filosofando: Introdução a Filosofia*. 2. ed. rev. Atual. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- _____. *História da Arte como História da Cidade*. 5. ed. São Paulo: Fontes, 2005.
- ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- BARBOSA, Ana Mãe. *Arte-Educação: leitura no subsolo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Arte Educação Contemporânea. Consonâncias Internacionais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Teoria e prática da educação artística*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BARBOSA, Ana Mãe; COUTINHO, Rejane Galvão (Orgs.) *Arte/educação como mediação cultural e social*. Espírito Santo: ed. Unesp. 2005.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Arte: series iniciais*. Brasília, 1997.
- BUORO, Anamélia Bueno. *O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola*. Cortez. São Paulo, 2001.
- _____. *Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino de Arte*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Educ; Fapesp, 2003.
- CRAVO JÚNIOR, Mário. *O desafio da escultura: a arte moderna na Bahia-1940 a 1980*. Salvador: Edições Selo Editorial Rodin Bahia, 2001.
- FERRAZ, Maria H. C. de Toledo; FUSARI, Maria F. de Rezende. *Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.
- FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloísa C.de T. *Arte na Educação Escolar*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- RICHTER, Ivone Mendes. *Arte e interculturalidade: na Arte/educação e na Arte*. In: AMARAL, Lilian; BARBOSA, Ana Mae. *Interterritorialidade: mídias, contextos e educação*. São Paulo: Senac/Sesc, 2008.
- ROSSI, Maria Helena Wagner. *Imagens que falam: leitura da arte na escola*. 4. ed. rev. Atual. Porto Alegre: Mediação, 2009.



conhecimentolivre.org/home



contato@conhecimentolivre.org



[editoraconhecimentolivre](#)

HISTÓRIA: A CIÊNCIA DO PASSADO NO PRESENTE

VOLUME IV



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE